

Livro nº 19 - CEPE

1 Ata da reunião extraordinária do
2 Conselho de Ensino, Pesquisa e
3 Extensão (649) da Universidade
4 Estadual - UEL, realizada no dia 24
5 de junho de 2020.

6 No dia 24 do mês de junho, do ano de dois mil e vinte, às quatorze
7 horas e trinta minutos, na sala virtual link [https://meet.google.com/qdw-](https://meet.google.com/qdw-dwvx-txm)
8 [dwvx-txm](https://meet.google.com/qdw-dwvx-txm), em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de
9 coronavírus, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão,
10 sob a presidência do reitor, Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a
11 presença do vice-reitor Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos
12 seguintes Conselheiros: Marta Regina Gimenez Fávaro, Amauri
13 Alcindo Alfieri, Mara Solange Gomes Dellaroza, José Miguel Arias Neto,
14 Marcelo Alves de Carvalho, Silvia Regina Tacla, Clísia Mara Carreira,
15 Mauro Roberto Rodrigues, Inês Cristina de Batista Fonseca, Jurandir
16 Guatassala Boeira, Orlando Mendes Fogaça Junior, Márcia Regina
17 Eches Perugini, Claudemir Zucarelli, Patrícia Ayub da Costa, Ângela
18 Pereira Teixeira Victória Palma, Thais de Souza Rocha, Nídia
19 Aparecida Hernandez, Alexandre Orsato, Silvia Ponzoni, Maria
20 Fernanda Rodrigues Graciano, Deise Maia, Gilselena Kerbauy Lopes,
21 Nilson Cesar Fraga, Ana Claudia Saladini, Tânia da Costa Fernandes,
22 Edmarlon Giroto, Edméia Aparecida Ribeiro, Marcia Teshima, Paulo
23 Rogério Catarini da Silva, Bianca de Barros Barban, Natália Rodrigues
24 de Held, Luciana de Mello Battini, Noadia da Silva Tenório, Natália
25 Siqueira Pires, Clara Favaretto Montenegro, Thiago do Amaral Moreira,
26 Ana Luiza Pacheco, Bianca Coelho, Thaís dos Santos Moraes, Cássia
27 Vanessa Olak Alves, Maria Catarina Cavalcanti Fracazzo, Keli Regiane
28 Tomeleri da Fonseca Pinto, Lucia Giuliano Caetano, Profa. Mônica
29 Kaseker (CUIA). Ouvintes: Elisa Emi Tanaka Carloto, Betty Elmer
30 Finatti, Raquel Franzon, Sergio Henrique Gerelus, Alberto Duran
31 Gonzalez; Ana Marcia Fernandes Tucci; Deise Mary Garbelini; Sirlei
32 Mariano; Lisiane Freitas de Freitas; Maria Elisa Wotzasek Cestari;
33 Mario Sergio Mantovani; Miguel Etinger de Araujo Junior. **ORDEM DO**
34 **DIA – Item 1 - Discussão e votação da ata da reunião nº. 647.**
35 **(aprovada). Item 2 - Discussão e votação da ata da reunião nº. 648**
36 **(reunião conjunta CEPE/CA). (aprovada com 1 abstenção).** Nesse
37 momento houve um pedido de inversão de pauta, assim, passou-se a
38 discussão dos Item 4 e 5, relatados em bloco. **Item 4. Processo nº**
39 **5564/2020 – COPS – Referendar a Resolução CEPE 016/2020, que**
40 **estabelece adequação à Resolução CEPE nº 071/2019 e ao Manual**
41 **do Candidato que dispõe sobre o Calendário de Chamadas do**
42 **Vestibular 2020, a partir de sua 8ª convocação, excepcionalmente**

1 em virtude das medidas de enfrentamento à COVID19 (assinada ad
2 referendum em 27 de maio). Item 5. Processo nº 5563/2020 – COPS
3 – Referendar a Resolução CEPE 021/2020, que estabelece
4 adequação à Resolução CEPE nº 071/19 e ao edital
5 PROGRAD/COPS 010/2020 que normatizam o calendário do
6 processo seletivo das vagas remanescentes do vestibular 2020
7 (assinada ad referendum em 15 de junho). A relatora: Profa. Dra.
8 Sandra Regina de Oliveira Garcia, fez o relato em bloco e iniciou a sua
9 fala explicando que COPS e PROGRAD solicitaram adequações para
10 realizarem a 8ª e a 9ª chamadas, bem como do manual do candidato.
11 Em razão da pandemia, decidiram continuar com as chamadas para
12 não prejudicar os estudantes. As alterações do manual referem-se à
13 entrega dos documentos que, ao invés de presencial, deverá ser virtual,
14 excepcionalmente. Acrescentaram também a opção de 10ª chamada,
15 que não estava no manual passado, tudo isso pensando para não
16 ficarmos com vagas ociosas. Em razão da urgência, foi solicitado ao
17 reitor a assinatura *ad referendum*. **(os dois processos foram**
18 **referendados por unanimidade.** Após a inversão de pauta, foi
19 retomado o **Item 3 - Processo nº 5673/2020 – CECA – deliberar**
20 **acerca do pedido de encaminhar ao CECA, a minuta de resolução,**
21 **que trata dos balizadores pedagógicos para a retomada do**
22 **calendário.** Fez o relato o reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho
23 que informa ter recebido o pedido do CECA de encaminhar a este
24 Centro de Estudos, as minutas de resolução aprovadas pela câmara de
25 graduação e que estão pautadas no processo em tela, para que tenham
26 mais tempo para discussão naquele Centro. Informa ainda que,
27 recebeu outros pedidos, dos sindicatos, do DCE, do Departamento de
28 Serviço Social e da CUIA e que procederá com a leitura desses ofícios,
29 porque, caso aprovado qualquer um desses pedidos, inviabiliza a
30 discussão pautada para esta reunião convocada do CEPE. O
31 SINDIPROL solicita o adiamento da reunião de hoje e requer uma
32 audiência pública. Contudo, o reitor esclarece que audiência pública é
33 matéria do Conselho Universitário. Já tem um pedido do DCE também
34 de audiência pública, e já se comprometeu com eles que fará no
35 momento oportuno, embora eles tenham pedido uma assembleia de
36 prestação de contas, mas, acredita ter havido um equívoco no
37 encaminhamento. Acerca do pedido do CECA, o Conselho deste
38 Centro deliberou por solicitar que o CEPE suspenda a discussão da
39 Minuta de Resolução sobre a retomada do Calendário Acadêmico dos
40 Cursos de Graduação, proposta pela Câmara de Graduação, para que
41 os Conselhos dos Departamentos e Conselho de Centro possam tomar
42 conhecimento do documento contendo os balizadores pedagógicos,

1 que foram apreciados e aprovados pela Câmara de Graduação, para
2 análise e manifestação. Solicitam, ainda, que a administração da UEL
3 apresente o planejamento de utilização de ferramentas e plataformas a
4 serem utilizadas no trabalho remoto e, as garantias de acesso para
5 docentes e estudantes que necessitem de equipamentos e acesso à
6 internet, objetivando que nenhum estudante fique de fora das eventuais
7 aulas/atividades remotas. O pedido do SINDIPROL/ADUEL versa que
8 nos últimos meses, a pandemia de Covid-19 alterou drasticamente as
9 práticas cotidianas e produziram situações de profundo sofrimento para
10 milhões de famílias, tanto pelas consequências biológicas
11 (adoecimento e morte) e psicológicas (isolamento social, transtornos
12 mentais), quanto pelas sociais (crise econômica, empobrecimento,
13 desemprego). Nos sistemas de ensino, compostos por instituições
14 escolares e universitárias, a pandemia obrigou ao esvaziamento de
15 salas de aula e outras dependências, assim como alterou
16 completamente a rotina dos estudantes e suas famílias. Em alguns
17 casos, essa situação levou ao estabelecimento do ensino remoto. No
18 entanto, por motivos diversos, essa modalidade tem sido objeto de
19 reclamações e questionamentos de muitos estudantes e suas famílias.
20 Na UEL, as críticas às modalidades de ensino à distância têm sido
21 feitas há muito tempo. Mas, apesar disso, há atualmente um forte
22 movimento da administração e das instâncias colegiadas da
23 universidade visando a utilização do ensino remoto. Por fim, pedem o
24 adiamento da reunião do CEPE marcada para esta data, também, a
25 realização de uma Audiência Pública que tenha como tema “as
26 condições da universidade para a implantação do ensino remoto”. O
27 ofício do departamento de Serviço Social se trata de uma declaração
28 de posicionamento político, não é um requerimento, mas uma
29 manifestação política. O documento expõe que considerando que em
30 reunião extraordinária deste Departamento, realizada em 21/05/2020,
31 após amplo debate, foi deliberado que a posição política do
32 Departamento de Serviço Social é pela permanência da suspensão do
33 calendário escolar, enquanto não houver recomendação sanitária para
34 o retorno presencial. Solicitam a gentileza de informar ao CEPE sobre
35 esse posicionamento. Nesse momento o reitor coloca em discussão os
36 pedidos de adiamento do CEPE. Se inscreve a conselheira Bianca
37 (estudante de pós-graduação). Informa que representa nesse Conselho
38 o corpo discente, e que desde que começaram as discussões, o DCE
39 iniciou uma pesquisa junto aos estudantes para levantar a real situação
40 deles. Nos últimos meses houve transformações radicais por todo o
41 mundo na forma de pensar e executar a vida. O Brasil, por óbvio, vive
42 todo o processo com grande particularidade. Um momento onde se

1 torna clara nossa incapacidade de fugir aos problemas imprevistos do
2 mundo real. Seria apenas uma crise a ser competentemente
3 enfrentada, não fosse nossa difícil conjuntura. Nosso mundo, cheio de
4 contradições reais, está refém de políticas incapazes de responder às
5 necessidades reais do povo. A Universidade, esta ilha de produção de
6 ciência e reflexão sobre a vida, apenas conseguiu ocupar o papel de
7 atender a demandas imediatas durante a crise social e sanitária. Nosso
8 papel enquanto instituição ficou muito claro. Estivemos aqui, o tempo
9 todo, trabalhando arduamente nos esforços para a superação da
10 pandemia e para o máximo alívio que pudéssemos prover à
11 comunidade. Isso é inegável, isso é o cumprimento de um papel de
12 extrema importância no cenário caótico que nos envolve. Contudo,
13 também ficou evidente o nosso papel diminuto e irrisório em servir a
14 qualquer papel que não este. Apenas com muita boa vontade
15 conseguimos ignorar nossa absoluta incapacidade em trabalhar
16 ativamente na construção de um bloco progressista que fizesse
17 enfrentamento aos tensionamentos políticos daqueles que tem como
18 projeto o desmonte do ensino público. O mundo como é, está aí; até
19 agora, o que temos feito é recuar e aceitar intransigências e imposições
20 que nos colocam num papel ainda menor. É precisamente nesta
21 situação que se tornam abundantes as posições aparentemente
22 pragmáticas e lúcidas que nos puxam abaixo enquanto as políticas
23 reacionárias nos empurram. As falas e o tom dos adeptos institucionais
24 ao EAD, sob o eufemismo de ensino remoto, são das maiores boas
25 intenções. O problema é que esta postura é reativa e condescendente.
26 Não leva em consideração a realidade material que vivemos nem se
27 propõe a pensar um projeto de sociedade e universidade que não seja
28 excludente e privatista. Sem dar qualquer ouvido às instâncias
29 organizativas de estudantes e trabalhadores da Universidade, está
30 sendo conduzido um processo para atropelar qualquer tentativa de
31 resistência à implantação do EAD. O DCE falou, os Centros
32 Acadêmicos falaram, os alunos falaram. Absolutamente todos os
33 organismos de base se posicionaram contrários às medidas que a
34 reitoria e as articulações nos conselhos superiores insistem em, de
35 forma absolutamente intransigente e antidemocrática, levar a diante. A
36 implantação do Ensino Remoto na Universidade vai na contramão de
37 TODOS os dados recolhidos pelas instâncias de representação - e até
38 mesmo pela administração da UEL. Os dados mostram a incapacidade
39 material, ferramental, financeira, psicológica e geográfica dos
40 estudantes e professores. Quando lembramos do país em que vivemos,
41 temos nas mãos dados que comprovam: esse tipo de atravessamento
42 se revela inflexível às limitações subjetivas ou de classe social. Essa

1 medida, através da exclusão material, mais uma vez deixa de fora
2 estudantes negros, indígenas, trabalhadores, mães, portadores de
3 necessidades especiais e muitos outros. Além de tudo, abre caminho
4 para a consolidação de novas políticas privatistas que enxergam a
5 universidade pública como nada mais que distribuidora de diplomas e
6 vão na contramão do que acreditamos ser um ensino de qualidade. O
7 Diretório Central dos Estudantes, juntamente com os centros
8 acadêmicos dos cursos de Direito, Serviço Social, Ciências Sociais,
9 História, Geografia, Medicina Veterinária, Arquitetura, Ciências
10 Biológicas, Enfermagem, Farmácia e Odontologia, Fisioterapia e a
11 Comissão Universidade para os Índios (CUIA) apresentam seu
12 posicionamento através dos relatórios a seguir, que para além do
13 acesso a internet, consideram as condições de moradia, renda e
14 psicológicas dos alunos com objetivo de avaliar a real condição e
15 viabilidade da incorporação de atividades remotas durante o período da
16 pandemia. Reafirmamos nosso total compromisso na luta pelo ensino
17 público e gratuito de qualidade e total oposição a implementação de
18 atividades remotas. Esperamos desse conselho uma posição firme que
19 preze pela garantia de estabilidade dos trabalhadores e estudantes da
20 UEL. Na sequência, há a fala da Profa. Thais que recupera o último
21 parágrafo da carta do CECA e considera importante para essa
22 discussão, em que foram mencionados os grupos que foram
23 constituídos na reunião conjunta CEPE/CA, são eles, o pedagógico e
24 administrativo, e não houve retorno desses grupos, considera esses
25 dados importantes para a tomada de decisão do CEPE. Salienta que a
26 estudante Bianca levantou vários pontos e um deles é o acesso, se
27 estamos discutindo as atividades remotas, em documento algum
28 percebeu qualquer garantia disso. Avalia que os estudantes não têm
29 condições na própria casa para assumir essa retomada de forma
30 remota. Ressalta que precisamos ter esses dados em mão para ver se
31 esse processo será inclusivo. O último parágrafo do ofício do CECA é
32 o mais importante, para garantir de forma isonômica a todos os
33 estudantes e não só aos que têm condições. O reitor esclarece que na
34 data de ontem (23 de junho) houve uma reunião do Conselho de
35 Administração, em que foram apresentados esses dados e ele
36 repassará como informes. O Prof. Sérgio diz que a universidade pública
37 brasileira está se movimentando para não ocuparem os seus *campi*, e
38 estão encaminhando a retomada de forma remota. USP, UNICAMP,
39 UFMG, estão encaminhando dessa forma. A ocupação do campus será
40 muito controlada. Deixaremos a presencialidade física apenas para as
41 atividades essenciais e algumas atividades de laboratórios, e algumas
42 situações muito excepcionais. Com relação à internet, estamos em

1 negociação com a SETI para que 3mil estudantes tenham acesso. A
2 ATI está em testes com os equipamentos. Já foi encaminhado um
3 pedido de suplementação orçamentária para a compra de
4 equipamentos. Ao que tudo indica, o semestre que vem é perdido para
5 a ocupação presencial. A conselheira Noadia diz que a fala dela vai ao
6 encontro das falas das conselheiras Bianca e Profa. Thais. Onde está
7 o levantamento das condições socioeconômicas de absolutamente
8 todos os estudantes da UEL e não só o questionamento sobre a
9 qualidade da internet? Como é possível aprovar uma medida sem
10 conhecer as reais necessidades dos estudantes e de suas classes que
11 a compõem. Docentes vem excluindo historicamente as demandas e
12 realidades das outras categorias que compõem a academia e não
13 podemos deixar que isso se repita até que a classe estudantil e técnica
14 sejam cada vez mais massacradas. Os dados socioeconômicos dos
15 estudantes das universidades apontam que boa parte destes será
16 excluído do processo por falta de recursos, e esses dados vão na
17 contramão da concepção de educação como um direito básico e
18 universal. Não é uma alternativa democrática viável, uma vez que não
19 é conhecida a rotina das casas dos estudantes e dos professores para
20 a retomada do calendário, por meio do ensino remoto. A baixa renda,
21 somada ao confinamento e diversas problemáticas socioeconômicas e
22 familiares afetam drasticamente as condições psicológicas e de estudo,
23 uma vez que a nossa saúde mental fica vulnerável frente a essa
24 pandemia o que ocasionará um declínio na dedicação aos estudos e na
25 qualidade de absorção. A implementação do ensino remoto é racista e
26 elitista por si só, pois os estudantes que serão privados desse modelo
27 de ensino têm cor e classe. Não estão pensando nos estudantes
28 indígenas e nos apenados. É preciso se atentar que as plataformas de
29 Ensino a Distância que demonstram a intenção de desempenharem um
30 papel de mediadoras, enquanto crescem os seus lucros em cima do
31 dinheiro público que deveria estar sendo usado para o ensino público e
32 de qualidade. É mais uma manobra de sucateamento da educação
33 pública e as empresas privadas entrarão cada vez mais nos espaços
34 públicos, nos moldes da precarização e esvaziamento do ensino.
35 Londrina tem a maior taxa de infectados pela COVID-19 do Estado do
36 Paraná e a nossa universidade tem sido uma importante ferramenta de
37 combate a essa pandemia, com nossos estudos, nossas pesquisas,
38 nós não paramos de produzir estudos para essa doença. Não podemos
39 desmobilizar estes docentes e estudantes nesse momento crucial para
40 a saúde de nossa cidade. E não estão falando só do microbiólogo, mas,
41 do psicólogo, do antropólogo, do pedagogo de todas as profissões.
42 Quando o Governo faz chantagem conosco, não temos que atender,

1 porque nós não estamos parados. Nós fomos a terceira universidade
2 do Brasil em número de estudos sobre o coronavírus, o que demonstra
3 que não estamos parados, não podemos aceitar as acusações de que
4 a universidade está parada só porque as aulas estão suspensas. Em
5 seguida, faz a fala a conselheira Ana Luisa Pacheco, estamos diante
6 de alguns problemas ao se pensar em ensino remoto. O retorno por
7 meio das aulas remotas aos cursos regulares restabelecendo o período
8 acadêmico como se o país não vivesse a maior tragédia e crise
9 sistêmica desde meados do século XX, é uma alternativa que deixa
10 para trás os estudantes das classes mais exploradas que ingressaram
11 via cota racial ou de escola pública. Assim como também milhares de
12 servidores teriam dificuldade em atuar nas aulas remotas em virtude da
13 impossibilidade de transformar o espaço doméstico em oficina de
14 trabalho e de harmonizar cotidianamente transtornada pela pandemia
15 com as atividades letivas virtuais. Estes problemas não são
16 especialmente severos para os estudantes, aos professores e demais
17 contratados por tempo determinado, por hora está sendo deixado
18 suspenso os aspectos pedagógicos, decisivos e cruciais as aulas
19 remotas. Os processos de ensino e aprendizagem na Universidade
20 Pública pressupõe um ambiente de aprendizado e de ensino em sala
21 de aula, laboratório, grupos de pesquisa, na experiência cotidiana das
22 interações entre os estudantes, docentes e técnicos. Os cursos foram
23 assim pensados e o processo local não existe porque este modelo não
24 tem planejamento pedagógico e metodologia numa aula virtual, se
25 examinarmos as condições dos nossos estudantes mesmo anteriores
26 a pandemia, podemos concluir que apenas o seguimento de classe
27 média de melhor poder econômico que tem acesso a ambientes de
28 estudo condizente com as atividades denominadas de ensino remoto.
29 O trabalho remoto e indissociável da contra-reforma trabalhista de
30 2017, e está associado as terceirizações, ao trabalho intermitente e
31 outras modalidades de precarização selvagem do trabalho. Este debate
32 não está sendo feito pelas instâncias administrativas da universidade
33 porque antes de tudo é um debate político e sabemos que as
34 universidades brasileiras são voltadas para o interesse do capital e não
35 para o interesse das classes baixas. Diante disso, questiona sobre onde
36 estão os dados concretos dos estudantes que não possuem condições
37 materiais para estudar e onde estão os dados concretos dos estudantes
38 indígenas que são apenados? Afirma que este debate não sendo feito
39 porque não existe paridade nas existências das estâncias
40 administrativas da UEL e quanto a isso, os estudantes da articulação
41 indígena da UEL, encaminharam uma carta que diz “Nós, Estudantes
42 Indígenas da Universidade Estadual de Londrina, representado pela

1 nossa Articulação dos Estudantes Indígenas (ARTEIN-UEL), viemos
2 por meio dessa carta, manifestar a nossa preocupação com a minuta
3 aprovada na Câmara de Graduação, posteriormente enviada ao CEPE
4 para votação, com a proposta de retomada do calendário acadêmico
5 no formato de atividades não presenciais, previsto para o dia 29 de
6 junho. Tal proposta baseada nas condições impostas pela pandemia da
7 COVID-19. No nosso entender a pandemia não pode ser usada como
8 desculpa para a retomada das atividades de graduação. E se essa
9 minuta for aprovada, com certeza ela irá prejudicar os alunos indígenas
10 e não indígenas que não tiverem condições de acompanhar as aulas
11 remotas. Compreendemos que essa proposta de atividades remotas
12 não presenciais, usando a tecnologia, meios digitais de ensino, exclui
13 diversos alunos, deixando muitos alunos em desvantagem em relação
14 aos poucos colegas que possuem mais condições. Neste sentido este
15 tipo de atividade não condiz com a realidade dos estudantes indígenas
16 desta Universidade, haja vista, que uma grande parcela destes alunos
17 Indígenas mora na sua terra indígena de origem. Destacamos que cada
18 terra indígena possui suas particularidades geográficas, e o acesso à
19 internet é extremamente difícil. Isso fica mais complicado quando as
20 dificuldades são aliadas a falta de equipamentos como: Notebooks,
21 computadores, celulares e dificuldades financeiras dos estudantes
22 indígenas. Então aqui queremos pedir aos conselheiros que não votem,
23 “SIM”, apenas considerando suas realidades e condições, pois, pode
24 ser que as suas realidades e condições não sejam as mesmas de
25 muitos alunos desta IES. E se o “SIM” prevalecer neste Conselho,
26 então, a conclusão é que está IES perdeu a oportunidade de pôr em
27 prática aquilo que mais se espera dela, que é o senso de humanidade
28 na busca de sanar as desigualdades sociais. Que essa pandemia não
29 seja usada como desculpa ou um filtro de exclusão de escolha entre
30 quem vai estudar e quem não vai, quem permanece e quem sai.
31 Portanto, que essa pandemia seja oportunidade das universidades
32 pensarem uma maneira de incluir todos sem exceção, que seja uma
33 Universidade mais multiétnica, com acesso para todos. Nesse sentido,
34 acreditamos que uma Universidade Pública, que preza pela
35 Democracia, deve ouvir todos os envolvidos e considerar as
36 particularidades de cada um, considerando suas dificuldades e
37 promovendo a inclusão de seus membros. Pois, sem estudantes
38 nenhuma IES existe. Apoiamos que todas as atividades de graduação
39 obrigatórias sejam suspensas. Na sequência, fala o conselheiro Prof.
40 Miguel Arias, entende que os estudantes e o Conselho de Centro do
41 CECA apresentaram questões que merecem discussões, exatamente
42 porque quer levantar aqui o significado do não. A gente verifica que

1 houve um grande esforço da construção da recusa do calendário que
2 foi proposto pela câmara de graduação, simplesmente suspender a
3 reunião não é discutir a questão. Se for para fazermos uma discussão
4 dos pontos apresentados, temos que manter a reunião e discutir de
5 fato, para que assim possamos dar encaminhamentos a todas estas
6 questões que foram apresentadas. A conselheira Profa. Silvia Tacla diz
7 que a fala dela vai ao encontro da fala do Prof. Miguel Arias. Onde
8 justamente temos que discutir e chegar a um acordo, não podemos
9 adiar esta reunião. Todos estes pontos apresentados pelos estudantes
10 são muito importantes e justamente por isso eles precisam ser
11 debatidos, para assim chegarmos a um denominador comum. A
12 democracia se faz desta maneira, se posicionando para chegar nessa
13 dialética do diálogo. Prof. Edmarlon corrobora as falas do Prof. Miguel
14 e Profa. Silvia. Este ponto de pauta é para deliberar sobre interromper
15 esta discussão e devolver para os Centros ou pelo menos para CECA
16 ou realizar esta discussão a partir das minutas de resoluções
17 apresentadas. Ressalta que o CEPE é um espaço amplo de discussão
18 e representação, então realizar esta discussão aqui, não fere a
19 democracia ou a escuta da comunidade universitária. Em seguida, faz
20 a fala a Prof. Angela Palma, em defesa de recusar a solicitação que o
21 CECA está fazendo. Para ela está solicitação causa estranheza, pois
22 desde o primeiro momento em que a PROGRAD iniciou com a equipe,
23 todo o procedimento de consulta, de como poderiam fazer, seu
24 departamento abriu várias discussões e depois quando os dois grupos
25 de trabalho foram criados, as discussões foram ampliadas. Seu
26 estranhamento vai de encontro ao porquê o CECA não discutiu ainda
27 que os banalizadores eram preliminares. Também indo ao encontro as
28 preocupações que os estudantes colocaram, explica que a minuta
29 proposta nesta pauta, dispõe de uma quantidade de dias a mais que é
30 justamente para pensar nesses problemas que certamente teremos. A
31 oportunidade que está se pedindo aqui de não aceitar a solicitação do
32 CECA, e sim de discutir com mais cautela e deixar que os problemas
33 comecem a acontecer, pois, nós enquanto Universidade podemos
34 pensar juntos em como resolver cada um dos problemas que irão surgir,
35 ainda que se faça uma coisa mais devagar, atenda com mais cautela
36 os estudantes, mas que, possamos começar a atender e se movimentar
37 no sentido da graduação também ser atendida. Em regime de votação.
38 QUESTÃO DE ORDEM – Profa. Thais, precede a votação desse ofício
39 a questão dos informes do grupo de trabalho administrativo.
40 Precisamos destes informes antes para podermos balizar nosso voto.
41 Profa. Silvia Tacla – questão de ordem, o pedido do CECA não envolve
42 as informações do C.A. Prof. Mauro – relata que esse pedido do CECA

1 é movido porque temos 50 anos de universidade, departamento de
2 educação são 80 professores, a matéria foi discutida na câmara de
3 graduação, mas não houve tempo de levarmos os temas às instâncias
4 dos centros, não queremos interromper o processo de discussão, mas,
5 termos tempo para discutirmos e adequarmos os nossos projetos
6 pedagógicos. Prof. Sérgio – atendendo ao pedido da conselheira Thais,
7 vai fazer um relato do processo, faria como informes, no final, mas, não
8 vê problemas de trazê-lo para o início. Leitura do Processo nº
9 5605/2020 - PLANO RETORNO SEGURO – READEQUAÇÃO DAS
10 ATIVIDADES ACADÊMICAS E ADMINISTRATIVAS FRENTE A
11 PANDEMIA DE COVID-19. Documento produzido com subsídios das
12 discussões realizadas pelos grupos administrativo e pedagógico,
13 instituídos em reunião conjunta CEPE/CA, realizado na data de 07 de
14 maio de 2020. Em reunião conjunta do Conselho de Ensino, Pesquisa
15 e Extensão - CEPE e Conselho de Administração – C.A, realizada em
16 07 de maio de 2020, foram estabelecidos dois grupos de trabalhos, um
17 Pedagógico e outro Administrativo (Portaria nº 1609/2020), que, junto
18 com o grupo de trabalho técnico para gerenciamento de questões
19 relativas à COVID-19 (Portaria nº. 993/2020), tiveram como objetivo
20 analisar e planejar proposta de retorno de atividades acadêmicas e
21 administrativas relacionadas à graduação. Este documento sistematiza
22 propostas provenientes da Reitoria, Pró-Reitorias, Órgãos
23 Suplementares e de Apoio, grupos de trabalhos Acadêmico,
24 Administrativo e Relacionado à Saúde, além da Câmara de Graduação
25 e Conselhos de Centros de Estudos. Destaca-se que o planejamento
26 proposto teve como premissa o atendimento às autoridades sanitárias,
27 com foco na proteção e preservação da saúde e da vida e, atendida a
28 premissa, a possibilidade de diminuir os prejuízos ocasionados pela
29 pandemia de COVID-19. O plano consolidado de retorno de atividades
30 na graduação, relacionado aos aspectos pedagógicos e
31 administrativos, possuem centralidade em desenvolvimento de
32 atividades remotas, com objetivo de manter o distanciamento social, e
33 com isso, evitar/conter a dispersão do Sars-Cov-2. O plano de retorno
34 remoto apresentado neste documento busca, também, diminuir os
35 prejuízos acadêmicos na graduação, gerados pela impossibilidade de
36 retorno das atividades presenciais e terá duração máxima de 3 (três)
37 anos letivos, podendo ser suspenso assim que as atividades
38 presenciais possam ser desenvolvidas com segurança. A Proposta de
39 Retorno das Atividades está planejada em dois Níveis. O primeiro nível
40 refere-se à análise do plano de retomada pelo Conselho de
41 Administração e pela análise das Minutas de Resoluções CEPE -
42 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que tratam: 1) da

1 Regulamentação das atividades acadêmicas de graduação, enquanto
2 perdurarem as excepcionalidades decorrentes da pandemia de COVID-
3 19 e, 2) do Calendário das Atividades de Ensino dos Cursos de
4 Graduação, da Universidade Estadual de Londrina, referente ao ano
5 letivo de 2020, vigente para o momento da pandemia da COVID-19. A
6 proposta para definição institucional do Calendário Acadêmico para o
7 ano letivo 2020, Minuta de Resolução CEPE, aprovada pela Câmara de
8 Graduação, segue anexa. Esta minuta ainda deverá ser aprovada pelo
9 CEPE. Proposta de Data de Início: 29/06/2020. Data de término:
10 25/06/2021. Parâmetros para a definição da proposta: 1 – A retomada
11 das atividades em cada curso ficará condicionada à aprovação do
12 Colegiado de Curso e Conselho de Centro, que analisará o
13 planejamento e verificará se todos os estudantes matriculados foram
14 contemplados nas atividades propostas; 2 – As atividades podem ser
15 iniciadas com ações de acolhimento, formação e planejamento, tanto
16 para estudantes, quanto para docentes e técnicos; 3 – A data de 29 de
17 junho permitirá que já se conte com as matrículas da 9ª chamada e das
18 vagas remanescentes; 4 – A ampliação das semanas letivas relativas
19 ao primeiro semestre permitiria espaços de ajustes de oferta das
20 atividades, tanto aos cursos que têm urgência em retomada das
21 atividades, quanto àqueles que precisam de tempo maior para
22 formação e preparação para retomada. Necessário considerar que, na
23 composição da oferta das disciplinas / atividades para os últimos anos
24 dos cursos, abre-se a possibilidade de encerramento antecipado (antes
25 do final do calendário), haja vista que os estudantes poderiam colar
26 grau e encerrar suas atividades antes, desde que respeitando-se a
27 carga horária obrigatória do seu respectivo curso e a quantidade
28 mínima de dias letivos prevista em legislação nacional. Para as outras
29 séries e períodos essa possibilidade não será autorizada, considerando
30 que estes precisariam fechar a série/período no prazo do calendário
31 letivo para iniciar nova série / período no ano calendário letivo. O
32 segundo nível refere-se aos planos de retorno elaborados, seguindo os
33 balizadores aprovados pela Câmara de Graduação, em 05 de junho de
34 2020, pelos Colegiados de cada curso de graduação. Os documentos
35 devem demonstrar que todos os estudantes estarão contemplados,
36 mesmo que por diferentes estratégias pedagógicas/tecnológicas, nas
37 atividades de retomada propostas. Caberá aos Centros de Estudos a
38 verificação do atendimento dos balizadores e a autorização para início
39 da execução do plano de retomada das atividades, em fases, conforme
40 apresentado a seguir: Fase 1 - Atividades predominantemente não
41 presenciais, para todos os cursos e séries que tiverem condições,
42 verificado o atendimento dos balizadores e aprovação em Colegiado de

1 Curso e Conselho de Centro, de iniciarem as atividades nessa fase;
2 Atividades presenciais, só as essenciais: as que estão normatizadas;
3 preferencialmente as das últimas séries dos cursos; as que garantam a
4 segurança sanitária dos envolvidos; Período de FORMAÇÃO
5 (especialmente para as atividades não presenciais) – durante esse
6 período estão sendo disponibilizados cursos e palestras, não
7 presenciais, para professores, técnicos e estudantes, acerca das
8 tecnologias para atividades acadêmicas não presenciais - evento
9 VIRTUEL, de 16 a 26 de junho. Fase 2 - Retomada gradual e
10 escalonada das atividades presenciais, associadas às não presenciais;
11 Fase 3 - Retorno ampliado das atividades presenciais. O início e
12 término das fases deverão considerar a determinação das autoridades
13 sanitárias e indicação por parte do Estado e Município. Ações
14 administrativas serão concentradas em 4 itens prioritários, com
15 articulação e planejamento avançados. 1. Apoio psicológico/ações de
16 saúde mental – estas ações serão desenvolvidas pelo SEBEC, em
17 articulação com Clínica Psicológica e outros grupos que promovem
18 ações de saúde mental e que mantém forte relação com a PROGRAD;
19 2. Inclusão às atividades remotas por meio de acesso à internet e
20 computadores/tablets/celulares – esta ação está organizada com
21 negociações com SETI e com medidas de captação de equipamentos
22 por meio de campanhas de doação e de revitalização de equipamentos
23 que estão, no momento, pouco utilizados; 3. Acesso à biblioteca –
24 Docentes encaminharão à biblioteca demandas pertinentes às
25 atividades com disponibilização de materiais digitalizados ou acesso à
26 livros eletrônicos; 4. Ações estratégicas para identificação e inclusão de
27 estudantes e docentes com dificuldade de acesso às atividades
28 remotas – o planejamento dos colegiados de curso deverá contemplar
29 todos os envolvidos com planejamento de ações diferentes que garanta
30 a inclusão de todos no plano elaborado para o retorno das atividades
31 de modo remoto. Vivemos momentos desconhecidos, em que
32 precisamos pensar em todos e todas, em especial nos mais vulneráveis
33 à pandemia. As propostas aqui apresentadas não são engessadas,
34 podem, e devem ser, ao longo do processo, reavaliadas e, se
35 necessário, aprimoradas. Os Centros, Pró-Reitorias, Colegiados de
36 Cursos estarão atentos aos problemas que surgirem e convocarão as
37 reuniões necessárias para que os planos apresentados sejam
38 desenvolvidos a contento. A inclusão é parte da missão da UEL e não
39 deixaremos nenhum estudante sem as atividades acadêmicas,
40 preservaremos a vida de nossa comunidade acadêmica, estreitando os
41 laços, resgatando os vínculos e primando pelo ensino público e de
42 qualidade. Ações Institucionais de Acompanhamento.

1 (PROGRAD/SEBEC e Unidades Articuladas). Aos Estudantes: a
2 condição de excepcionalidade, no campo da educação, ocasionada
3 pela pandemia da COVID-19, impôs à Universidade pensar alternativas
4 para a retomada das atividades de graduação. O processo de
5 discussão e de proposição de ações para retomada das atividades
6 acadêmicas, por meio do ensino remoto emergencial, tem provocado
7 inquietações, entre elas: 1 - relacionadas ao campo pedagógico: como
8 estudar remotamente, como orientar seu tempo e seus hábitos de
9 estudo, segundo as demandas da atividade remota; 2 - relacionadas
10 às condições psicológicas e de saúde mental dos estudantes
11 potencializadas pelas restrições oriundas da pandemia. Existe um
12 esforço da equipe já constituída para a intensificação de ações para o
13 atendimento e orientação dos estudantes nas inquietações
14 apresentadas. Esclarecemos, todavia, que já estão disponibilizados a
15 todos os estudantes, tanto para a orientação pedagógica, quanto para
16 o atendimento psicológico, os seguintes recursos: No site do NAC -
17 Núcleo de Acessibilidade www.uel.br/nac, já estão disponíveis os
18 seguintes materiais: 1. *Podcast* “Comecei a faculdade, e agora?
19 Lidando com os novos desafios da vida universitária.” 2. Apresentação
20 “Facilitadores da aprendizagem: a importância de hábitos de estudo”;
21 3. Texto “Leitura, análise e interpretação de textos acadêmicos”; 4. E-
22 *book* “Entendendo a ansiedade em situações de avaliação acadêmica”.
23 Estamos seguindo o movimento das maiores universidades públicas
24 brasileiras, que tem a clareza que não dá para ocupar o campus agora.
25 Estamos todos atentos aos problemas, os cursos só poderão retomar
26 as suas atividades após a liberação do colegiado e do conselho de
27 centro e caso o curso não concorde, podem discutir nas instâncias
28 superiores. O documento apresenta anexos com detalhamento da
29 biblioteca e do trabalho do grupo que analisou os aspectos
30 epidemiológicos, este não está muito detalhado em razão de que ainda
31 não temos perspectiva de retorno presencial para o próximo semestre.
32 Conforme cronograma estabelecido no início do ano letivo, também
33 estão programadas, mensalmente, as seguintes temáticas para apoio
34 aos estudantes: 1. Roda de Conversa (*Online*) “Comecei a faculdade,
35 e agora? Lidando com os novos desafios da vida universitária no
36 contexto da pandemia. *Reoferta da atividade realizada em março,
37 adaptada e com conteúdo atualizado à nova condição (Pandemia
38 Covid-19); 2. Trabalho de Conclusão de Curso: por onde começar? 3.
39 Que desânimo é esse? Enfrentando a falta de motivação para os
40 estudos; 4. Me formei: conversando sobre a transição para o mercado
41 de trabalho. Inicialmente, este suporte era restrito aos estudantes em
42 acompanhamento educacional especializado (AEE). Com a suspensão

1 das atividades presenciais, os materiais foram adequados e
2 disponibilizados no site do NAC e, desta forma, garantindo acesso de
3 todos os estudantes aos materiais e orientações produzidos. Desta
4 forma, visando ampliar as orientações para habilidades de estudo à
5 toda a comunidade universitária, está em fase de implantação um novo
6 item no menu de conteúdos do site do NAC com o título “Orientações
7 de Estudo”, que servirá de repositório de materiais produzidos pela
8 equipe com esta temática, bem como receber contribuições de
9 diferentes profissionais da área, que possam colaborar com conteúdo
10 pertinente. Por fim, para oferecer suporte emocional aos estudantes,
11 uma vez que a saúde mental é uma variável relevante no desempenho
12 acadêmico, foram realizadas 2 Rodas de Conversa (Online) com o tema
13 “Ansiedade em tempos de Isolamento Social”, nos meses de Maio e
14 Junho de 2020, e poderão ser reofertadas, ou adequadas, conforme
15 análise de demanda. Todas as atividades estão no site do Núcleo de
16 Acessibilidade da UEL www.uel.br/nac (Atividades para Estudantes) e
17 estão disponíveis para acesso a todos os estudantes dos cursos de
18 Graduação e Pós-Graduação da UEL. Responsáveis pelo trabalho:
19 Psic. Ms. Ingrid Ausec-Prograd/ NAC Profa. Dra. Karen Ribeiro – Depto.
20 Educação/ NAC. Aos Estudantes, Técnicos e Docentes: na linha do
21 atendimento psicológico, o SEBEC provê, nos limites das condições
22 institucionais, atenção aos estudantes de graduação e pós-graduação
23 da UEL, a técnicos e docentes, pela Seção de Saúde Mental do
24 SEBEC, durante a Pandemia de COVID-19: 1. Acolhimentos
25 psicológicos em grupos *online*; 2. Grupos terapêuticos online, semanais
26 aos estudantes de graduação e de pós-graduação; 3. Orientação a
27 docentes sobre saúde mental e enfrentamento a violências e
28 discriminações de classe, étnico-raciais, sexuais e de gênero para
29 atenção aos estudantes da UEL; 4. atendimentos online de urgência a
30 estudantes, quando necessário; 5. Rodas de Conversa semanais sobre
31 Saúde Mental, durante a Pandemia de COVID-19 e temas
32 correlacionados. Quartas-feiras, às 19h, pelo Aplicativo Google Meet;
33 6. Práticas de meditação semanais online. Quintas-feiras, às 17h, pelo
34 Aplicativo Zoom. 7. Organização de Lives, Mesas Redondas, Rodas e
35 Grupos sobre temáticas de saúde, bem-estar, questões étnico-raciais,
36 direitos humanos, conforme demandas da Comunidade Universitária da
37 UEL. Informações e agendamentos pelo e-mail:
38 psicologia.sebec@uel.br. Responsáveis pelo trabalho: Direção Betty
39 Elmer Finatti Psicóloga: Carla Maria Canale Pagnossin. Aos Docentes,
40 Técnicos e Estudantes: O Grupo de Estudos de Práticas de Ensino -
41 GEPE e o Núcleo de Educação à Distância – NEAD/LABTED, oferecem
42 formação continuada a docentes, estudantes e técnicos, que podem

1 ajustar suas ações para atender às necessidades de orientação do
2 trabalho acadêmico, nesse período de excepcionalidade, que exigirá
3 por um tempo, o ensino remoto emergencial. O Grupo de Estudos de
4 Práticas em Ensino da UEL (GEPE-UEL) junto à Pró-reitoria de
5 Graduação (PROGRAD), tem como finalidade primordial, criar espaços
6 e ações que possibilitem aos docentes refletirem sobre suas
7 experiências de ensino, compreenderem mais elaboradamente a
8 relação pedagógica, que se estabelece no processo de ensino e de
9 aprendizagem, possibilitando reavaliação e reelaboração da ação
10 formativa. O GEPE-UEL tem como objetivos: I – desenvolver e
11 coordenar ações para a formação continuada dos docentes
12 interessados na reflexão e reelaboração de sua prática pedagógica; II
13 – promover fóruns de discussão sobre a prática pedagógica no âmbito
14 da UEL; III – promover eventos focados nos estudos, pesquisa e
15 experiências da Educação Superior; IV – sistematizar e publicizar os
16 resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do GEPE - UEL; V –
17 elaborar projetos para captação de recursos a serem aplicados no
18 ensino de graduação. O NEAD tem como objetivos: oportunizar a
19 democratização do conhecimento, por meio do acesso ao saber
20 acadêmico; estimular e apoiar ações de educação à distância;
21 incentivar o uso de ferramentas e tecnologias de informação e
22 comunicação, visando a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa
23 e da extensão; propor política de estímulo à produção científica em
24 educação à distância; buscar parcerias e recursos para o
25 desenvolvimento de educação a distância. Um importante apoio que
26 teremos nessa possível retomada do calendário será o da Biblioteca e
27 que preparou um vasto documento que está anexo a esse processo.
28 São muitas páginas, mas, em síntese, como forma de manter o
29 atendimento ao público, em meio a esse novo desafio, reforçando a
30 missão do SB/UEL, nesse momento de pandemia, as bibliotecas estão
31 se preparando para auxiliar os docentes e estudantes, criando vários
32 serviços como: “Serviço de Digitalização”, “Empréstimo de Livros com
33 Agendamento”, “Listagem de links com Livros Gratuitos”. Também será
34 disponibilizada capacitação online acerca das “Noções básicas de
35 pesquisa em base de dados - Portal Capes” e Capacitação das Normas
36 da ABNT”, como também ofereceremos Capacitação sincrônica. Após
37 o relato do processo, o Prof. Sérgio abriu para a votação o processo
38 que contém o pedido do Conselho de Centro do CECA. Favoráveis ao
39 pedido do CECA – 14 votos. Contrários ao pedido – 29. Abstenções –
40 0. Declarações de voto: Natalia de Held – pede para que seu voto
41 favorável ao pedido do CECA conste em ata e solicita fala para a
42 fundamentação de seu voto a partir do artigo 18 do regimento do

1 conselho, não é apenas para manter a discussão, mas porque é um
2 atropelamento, não há um levantamento completo e as propostas
3 concretas para fazer as discussões. Também registraram os seus votos
4 os conselheiros: Noadia e Tenorio. Após os registros, passou-se para
5 **o Item 2 - Processo nº 5541/2020 – PROGRAD – deliberar acerca**
6 **das Minutas de resoluções que regulamentam as atividades de**
7 **graduação e sua retomada, considerando as excepcionalidades**
8 **decorrentes da COVID-19.** Nesse momento, o reitor informa que o
9 Prof. Wagner Amaral solicitou um espaço para a fala representando a
10 CUIA, então, submete ao Conselho a aprovação desta fala que será
11 feita pela Profa. Mônica Kaseker. Os Conselheiros aprovaram a
12 solicitação e a Profa. Mônica iniciou a sua explanação que se
13 manifestam contrários ao retorno do calendário, os coordenadores que
14 tem indígenas nos cursos foram todos contrários a retomada porque
15 reconhecem as dificuldades. Na CUIA conseguiram fazer um
16 levantamento, utilizando várias formas, e os 34 indígenas que estão
17 matriculados, destes só apenas 3 tem computador e internet com wifi.
18 Os demais 23 só tem celular e são aparelhos muito simples, com
19 dificuldade de manter pacotes e 13 estão em terras indígenas que estão
20 fechadas os caciques não estão permitindo a entrada e saída de
21 pessoas para evitar a doença. Uma das representantes discentes já se
22 posicionou contrária com a mesma preocupação. Em caso de
23 aprovação do retorno a CUIA faz um apelo para a criação de condições
24 objetivas de acessibilidade, inclusive desses que estão em aldeias sem
25 internet. A acessibilidade deles só se daria por internet a rádio e isso
26 envolve inclusive autorização dos caciques. Pede uma sensibilização
27 dos colegiados, chefes de departamentos e conselheiros. Ao término
28 da fala da professora representante da CUIA, o reitor passa a palavra
29 para a Profa. Marta Favaro, relatora do processo do item 2 da pauta.
30 Ela inicia dizendo que temos consciência do compromisso que estamos
31 assumindo, a fala dos estudantes e a da Profa. Mônica são importantes
32 e já fazem parte de nossas preocupações também. Temos assumindo
33 o compromisso pela câmara de graduação que já fez 14 reuniões nesse
34 período para que possamos atender efetivamente a todos os nossos
35 estudantes. Fizemos contato com o NRE que tem um setor de
36 diversidade que vem atendendo as terras indígenas para a educação
37 básica para a entrega de materiais e merenda, temos um canal possível
38 e cumprimos esse protocolo para atender essa população. PEL1 PEL
39 2 e CRESLON com a pedagoga e estamos já nas tratativas para
40 viabilizar as condições dos estudantes em privação de liberdade.
41 Amanhã teremos uma reunião com o dr. Katsujo para fechar. Estamos
42 fazendo um levantamento sério das necessidades dos estudantes.

1 Nessa segunda versão, por um grupo constituído pela câmara de
2 graduação, vinculado ao portal do estudante, vai nos dar a informação
3 precisa do estudante, do seu curso, do seu turno para que possamos
4 chegar mais rápido com esse estudante, mesmo que seja por telefone,
5 para termos esse mapeamento o mais preciso possível. Estamos
6 trabalhando na captação de equipamentos e acesso à internet, e em
7 um conjunto já articulado para dar apoio e acolhimento aos estudantes,
8 na medida das forças institucionais, com SEBEC e colegiados, estamos
9 pensando no apoio psicológico. A câmara de graduação está propondo
10 a reativação do trabalho e vamos ampliar o trabalho que já está sendo
11 feito. o desafio continua, nós também estamos preocupados. Nesse
12 sentido a câmara de graduação apresenta dois documentos para o
13 CEPE avaliar, um com a retomada do calendário e o outro são os
14 balizadores para que essas atividades possam acontecer. O calendário
15 prevê 274 dias divididos em fases, a primeira fase seria essencialmente
16 remota, respeitando a legislação estadual e federal. A segunda fase
17 híbrida e a terceira com a ampliação das atividades presenciais. A data
18 do dia 29, porque a câmara abrigaria as diferentes realidades dos
19 cursos. Permite os cursos que já tem a possibilidade de retomada, seus
20 últimos anos, e tanto os cursos que precisam de um tempo melhor, um
21 tempo de acolhimento e formação, o virtual foi o primeiro momento
22 dessa formação, que sabemos que não será único, teremos que
23 estruturar nos centros, grupos de colaboração para que essa formação
24 seja continuada, tanto para os estudantes, quanto para os docentes.
25 Os cursos que precisarem iniciar os cursos em julho ou agosto é
26 possível porque temos 274 dias para esses ajustes, no que tange as
27 questões pedagógicas, quanto de inclusão de nossos estudantes.
28 Temos tempo para escolher quais os componentes podem ser
29 ofertados de imediato, e quais podem ficar para uma terceira fase, num
30 processo de reconstrução pedagógica. Pensamos sim na inclusão, por
31 isso pensamos em mais tempo para a organização pedagógica. Outro
32 ponto pensado e compromisso da câmara é a constante avaliação do
33 processo, estávamos com todos os cursos nas discussões, foi um
34 trabalho intenso, a discussão que vem sendo feita desde março, desde
35 a primeira ação de suspensão de calendário e posterior
36 encaminhamento de filmes, textos vídeos era pensando para mostrar
37 para os estudantes que a universidade faz parte da vida deles. Depois
38 permitimos AAC e TCC, justamente para manter o vínculo com os
39 estudantes. Estamos comprometidos, garantindo os princípios que
40 foram estabelecidos pelas diretrizes que nos foram apresentados na
41 reunião do CEPE/CA sendo eles a garantia da qualidade dos cursos,
42 inclusão de todos os nossos estudantes e principalmente a segurança

1 sanitária, por mais dificuldades que tenhamos de incorporar e aceitar
2 essa condição de excepcionalidade, e não é um desejo da universidade
3 entrar na EAD, mas, entendemos como uma excepcionalidade, para
4 esse momento de pandemia, todos os documentos estão circunscritos
5 para esse momento de pandemia. Desse modo apresentamos um
6 calendário com a extensão temporal, proposto em fases, que podem
7 ser inclusive revistas, pelas agências de saúde sanitárias e o grupo que
8 foi constituído pela universidade. A retomada não é obrigatória de
9 imediato, mas escalonada, respeitando a condução dos professores e
10 dos estudantes, gradual e escalonada, nos balizadores estão previstos
11 uma flexibilização da oferta, ofertas em módulos, os dois documentos
12 apresentados garantem as condições de forma respeitosa a todos os
13 estudantes. Nós vamos trabalhando com os problemas, conforme
14 foram aparecendo. As respostas serão dadas à medida que formos
15 trabalhando. Os balizadores sistematizam os princípios fundamentais
16 que os cursos contemplam em sua organização curricular. Nós somos
17 cursos presenciais e vamos continuar assim, mas, no momento, temos
18 essa excepcionalidade, enquanto essa pandemia durar. Prof. Sérgio
19 reforça que esse é o desafio da nossa geração. De fato, a universidade
20 fez muitas ações concretas nesses 3 meses. Nessa sala temos
21 pessoas que se infectaram do coronavírus no próprio processo de
22 salvar vidas, muitos de nós estão se arriscando. Relata que várias
23 vezes foi ao HU, porque são colegas que estão sob pressão, inclusive
24 judiciais e precisamos estar juntos, disse que limparia o chão do HU
25 para ajudar, mas não é possível, porque há um protocolo diferente para
26 garantir a segurança hospitalar. O que a gente conseguiu perceber é
27 que o que a UEL tem feito é o que o movimento das universidades
28 brasileiras públicas tem feito. Diz que nunca viu a universidade tão
29 mobilizada para fazer frente ao combate, talvez a greve de 2015 chegue
30 próximo, pessoas que voluntariamente trabalharam e fizeram
31 intervenção concreta nesse processo. E agora a universidade faz um
32 caminho político que algumas pessoas não conseguem perceber. As
33 universidades estão mostrando que não é possível o retorno presencial.
34 As unidades privadas, para o retorno, a sociedade civil pressiona para
35 o retorno, os shoppings estão abertos, e o posicionamento de se manter
36 de forma remota, faz parte de um grande movimento sincronizado,
37 porque a ciência diz que o semestre que vem não é propício para o
38 retorno presencial e o distanciamento físico deve permanecer. Estamos
39 assumindo um posicionamento político, mas a partir da ciência. O
40 desafio nosso é ter como ação substantiva como abrigar os estudantes
41 de graduação uma vez que o semestre letivo presencial está perdido.
42 Como fazer isso de forma objetiva. A UEL construiu por meio de sua

1 célula colegiado e vai competir a esta célula avaliar as condições
2 mínimas para começarem a sua retomada, identificando as dificuldades
3 de cada um de seus estudantes. Os colegiados e os conselhos de
4 centro estão assumindo o dever de olhar aluno por aluno. Esse é o
5 compromisso que estamos assumindo. Nós temos um dever público de
6 manter a universidade e manter a vida de nossa comunidade. Nesse
7 momento de temor temos que fazer os enfrentamentos necessários,
8 precisamos dar respostas, abrir mais vagas públicas o ano que vem.
9 Se tivéssemos um movimento de manter a suspensão dos calendários,
10 os estudantes que estão no ensino médio só terão as universidades
11 privadas para estudar. É um momento grave. A votação de hoje, não
12 tem vencedores e perdedores, tem uma comunidade que discutiu nas
13 suas instâncias, que teve um longo processo de discussão 48 dias de
14 intensas discussões. A maioria dos cursos devem começar as
15 atividades lá pelo dia 13, então, daria 67 dias para se organizarem.
16 Alguns colegiados já se manifestaram que só começam em agosto. Por
17 isso prevemos 74 dias a mais para que os colegiados se organizem.
18 Desta forma, aproveita para agradecer a todos os colegiados, os
19 centros e estudantes, técnicos que discutiram exaustivamente até o dia
20 de hoje. Regime de discussão. Profa. Ines Fonseca inicia a discussão,
21 como representante da câmara de graduação, e do Centro de Ciências
22 Agrárias, agradece a oportunidade de apresentar pontos de reflexão a
23 este Conselho, mas, em especial, de reflexão aos estudantes. Ressalta
24 que escreveu a fala com o intuito de ser o mais objetiva possível, mas
25 ultrapassa um pouco os 5 minutos. Pede a compreensão de todos em
26 permitir que faça a leitura do documento inteiro, pois acredita que reflete
27 o sentimento de muitos integrantes da Comunidade Universitária. “Li
28 com muita atenção a *Nota Sobre o Ensino Remoto na Uel*, publicada
29 em 8 de junho pelo DCE, repudiando a aprovação, pela Câmara de
30 Graduação, da proposta de retorno com ensino remoto. A “nota” foi
31 muito bem escrita, “parabéns”, mas algumas considerações devem ser
32 feitas: As discussões sobre o retorno das atividades começaram
33 efetivamente no dia 07 de maio de 2020, quando foi colocado em pauta,
34 pela Reitoria, em reunião CEPE/CA, o Processo nº 4835/2020 com o
35 título “Discussão de Sugestões de Diretrizes para o Planejamento do
36 Retorno das Atividades Acadêmicas da UEL”. Neste dia, o Reitor
37 colocou aos conselheiros a responsabilidade da Universidade na
38 construção de novos rumos para a humanidade, frente ao momento
39 histórico que vivemos, e nos desafiou a pensar e discutir alternativas
40 de volta, para os diferentes e possíveis cenários, nas várias instâncias
41 da UEL (colegiados, departamentos, centros), considerando sempre os
42 aspectos acadêmicos, pedagógicos e sanitários, como princípios

1 fundamentais e indissociáveis. A partir de então, o trabalho foi intenso
2 e árduo. Diretores, chefes de departamentos, coordenadores de
3 colegiado, representantes dos coordenadores de pós-graduação, dos
4 técnico-administrativos e dos discentes trabalharam em propostas de
5 volta (a conselheira Nathalia, acadêmica do Curso de Medicina
6 Veterinária, é testemunha do trabalho realizado no CCA). As propostas
7 foram encaminhadas à PROGRAD e o trabalho foi ainda mais intenso
8 e árduo na elaboração de uma proposta única, a mais “consensual”
9 possível, de retomada do calendário, que hoje, está em apreciação por
10 este Conselho. Foram 8 reuniões (246 a 253) e 2 rodas de conversa,
11 praticamente o equivalente as atividades de um ano da Câmara de
12 Graduação. Sendo assim, ao contrário do que diz a nota do DCE, o
13 novo calendário, embora construído em um período relativamente curto
14 de tempo, não foi feito às pressas e nem motivado pelo Ofício Circular
15 GS/SETI 021/20 de 29 de maio de 2020, data posterior ao CEPE/CA
16 citado. Sobre o mapeamento feito pela PROGRAD, publicado em 16 de
17 abril, ele não teve a intensão de ser excludente e, talvez, não tenha
18 sido, já que não é possível afirmar que os 35% dos alunos e os 31%
19 dos docentes que não responderam o questionário, não o fizeram por
20 não ter acesso à internet e/ou equipamento. O questionário foi aplicado
21 on-line, porque não havia (na verdade não sabíamos) como levantar os
22 dados de outra forma, considerando os 13.051 alunos matriculados na
23 graduação e os 1.620 professores, todos em isolamento social. Na
24 época, não se pensou em vincular a resposta ao Portal do Estudante.
25 Hoje, isto está sendo feito. Será possível, com base na identificação
26 dos respondentes, aplicar o questionário por telefone, se for preciso,
27 para que ninguém fique de fora. Seu curso é o quarto em número de
28 estudantes, 420, e ontem ao receber um relatório sobre o novo
29 mapeamento ligou ou enviou mensagem de whatsapp para 70 alunos
30 que ainda não haviam respondido o questionário “Retorno Seguro”,
31 reforçando a importância deste novo mapeamento. Muitos já tinham
32 tentado, mas sem sucesso por problemas no sistema, que já foram
33 selecionados. Devemos lembrar que o fato de que 65% dos alunos e
34 69% dos docentes responderam o questionário foi considerado na
35 tomada de decisões, assim como os posicionamentos dos Colegiados,
36 Centros Acadêmicos e Sindicato, e naquele momento, entendeu-se que
37 o melhor era manter a suspensão do Calendário, exceções AACs e
38 TCCs. O motivo era óbvio: não estávamos preparados. Sobre os
39 resultados do mapeamento apresentados na referida nota, foi
40 mencionado que apenas 30% dos estudantes responderam que tinham
41 ótima conexão de internet e 60% que contavam com espaço adequado
42 para estudos. Na verdade, se somarmos os que tem internet “Mais ou

1 menos, mas dá para usar” e os que “possuem um espaço não muito
2 adequado”, os números sobem para 93 e 91%, respectivamente. Foi
3 mencionado também que 25% dos estudantes conhecem colegas que
4 não têm computador e outros 17% conhecem colegas que não tem
5 acesso à internet, porém, embora conste no mapeamento, esta
6 informação deve ser vista com cautela, por ter grande possibilidade de
7 estar superestimada (ou seja, um aluno sem computador e/ou internet
8 pode estar sendo considerado por mais do que um colega). Ainda em
9 relação aos estudantes, a “Nota” esqueceu de mencionar um resultado
10 muito expressivo, ou seja, que 92% têm acesso a computadores. Em
11 relação aos docentes, a “Nota” cita que, 12% acreditam que o ensino a
12 distância pode ser aplicado com qualidade, mas não cita que 43%
13 acreditam que pode ser aplicado com qualidade “mas com restrições”
14 e que 25% não sabem opinar (provavelmente por falta de experiência),
15 ou seja, após treinamento, uma perspectiva igual ou superior a 80%.
16 Da publicação do mapeamento até hoje, se passaram dois meses e,
17 mais importante do que os dados é que, neste período, a Universidade
18 trabalhou no sentido de melhorar as estatísticas apresentadas no
19 documento, com discussões e ações de capacitação docente e
20 discente para os desafios da realização de atividades não presenciais,
21 que infelizmente, com a duração do período de isolamento e com as
22 perspectivas não animadoras, se tornaram necessárias. Os docentes
23 da pós-graduação nem tiveram oportunidade de uma capacitação e
24 reflexão como está sendo o Virtuel. A maioria se autocapacitou para
25 manter as aulas da pós. Fala por experiência própria, já que esta
26 ministrando, neste semestre, duas disciplinas. A “Nota” apresenta
27 quatro pontos que deveriam ser discutidos antes de que qualquer passo
28 seja dado. O primeiro refere-se a pressão visando a mudança para o
29 EaD/ensino remoto como parte do projeto de mercantilização da
30 educação. Concorde com o DCE. É provável sim que exista um projeto
31 de mercantilização da educação, que exista uma intenção de
32 privatização. Como a própria “Nota” diz, temos sofrido com os
33 constantes cortes orçamentários, com a falta de concursos, com o
34 descaso com os nossos professores temporários, que têm seus
35 contratos ameaçados a todo instante. É provável sim, mas pergunta, o
36 que será de nós, se, por exemplo, retomarmos as atividades somente
37 em 2021, considerando que não há perspectiva de volta presencial para
38 este ano? Um ano inteiro sem aulas. Imaginem este cenário. Será que
39 estaremos nos valorizando com esta atitude ou estaremos contribuindo
40 para a precarização e extinção da nossa Universidade? Por mais que
41 estejamos trabalhando em muitas frentes de combate à pandemia,
42 aulas na pós-graduação, atividades de extensão, orientações, eventos,

1 etc., o principal motivo de uma Universidade existir é a formação
2 profissional pelos cursos de graduação. Uma reportagem muito
3 interessante do Prof. Dr. Rodrigo Zeidan, de Prática de Negócios e
4 Finanças, da New York University Shanghai, Bolsista Sênior do Centro
5 de Negócios Sustentáveis da New York University Stern e, entre outras
6 ocupações, também colunista da Folha de São Paulo, fala que um
7 conceito que todo brasileiro deveria saber é o de “custo de
8 oportunidade”. O maior prejuízo das universidades estarem fechadas
9 não é dos salários dos funcionários ou da infraestrutura, é dos alunos,
10 seja por adiar o primeiro emprego, seja por criar obstáculos para
11 progressão na carreira. O preço é muito alto. E sabem para quem o
12 preço é mais alto? Para os estudantes mais carentes. Filhos de famílias
13 de classe média-alta, podem ficar mais um ano no conforto de seus
14 lares, cuidados e providos pelos seus pais. Ainda imaginando o cenário,
15 como estarão nossos docentes e funcionários se houver redução ou
16 suspensão dos salários? Nem vou citar as licenças-prêmio, porque elas
17 não afetam diretamente o orçamento pessoal. Como manteremos a
18 qualidade e dedicação, com nossas contas bancárias estouradas?
19 Como estarão nossos alunos? Estarão motivados? Estarão esperando
20 ou terão ido em busca de outras opções no “Mercado da Educação”,
21 com custos de oportunidade mais vantajosos. Caros conselheiros,
22 neste momento precisamos mostrar à sociedade e ao governo, que
23 apesar de todas as dificuldades que enfrentaremos com as atividades
24 à distância, apesar de nossos medos, do trabalho que teremos, ainda
25 somos a UEL, a mesma UEL que ocupa os lugares de honra nos
26 rankings nacionais e internacionais. Complementa ainda que, como
27 docente há 22 anos na UEL, e Coordenadora do Colegiado do Curso,
28 por três anos consecutivos, nunca foi ou se sentiu pressionada para
29 fazer do Curso de Agronomia da UEL um curso à distância, nem para
30 cumprir o teto máximo permitido por lei igual a 20%. O segundo ponto
31 refere-se ao planejamento de Acesso e Estrutura antes que as aulas
32 remotas sejam definidas como modelo. Mais uma vez, concorda
33 plenamente. Precisamos sim garantir as condições de acesso e
34 estrutura para todos, incluindo indígenas e apenados, mas se pergunta,
35 a não aprovação do calendário é uma ação de inclusão, para estes ou
36 outros estudantes? Ou é uma ação de exclusão total dos 13.051
37 estudantes? Pergunta: por que o DCE não trabalhou junto com a Cuia
38 uma proposta de inclusão? A Universidade, enquanto instituição, está
39 trabalhando para que todos sejam incluídos, um difícil desafio, sem
40 pensar em exclusão. Como a própria nota diz, a Universidade está
41 estudando desde a concessão dos materiais já presentes na
42 universidade e seus laboratórios, até a doação por parte da

1 comunidade, interna ou externa, dos equipamentos que sejam
2 necessários. Quais foram as ações de inclusão do DCE ou, ao menos,
3 propostas de inclusão. Repudiar o calendário é incluir? É resolver o
4 problema, ou é criar um muito maior? Caros conselheiros, retomando o
5 calendário, iremos acertar em tudo? Tenho certeza que não, mas
6 devemos tentar, devemos buscar a perfeição. No CEPE/CA do dia 07
7 de maio, o nosso reitor disse: “A crise vai medir a altura das pessoas e
8 das Instituições, muitas sairão maiores, outras sairão menores”. E eu
9 pergunto: Como queremos sair? Espero ter esclarecido que a proposta
10 de calendário apresentada pela Câmara de Graduação não é contra
11 uma “Universidade de Qualidade e para Todos”. Temos os mesmos
12 anseios e preocupações, mas, como o próprio reitor disse em 07 de
13 maio, não voltar, não é uma opção, ou como prefere dizer, não é a
14 melhor opção. Para os conselheiros, mas em especial, para os
15 estudantes, cito um trecho de uma música de 1968 (ano em que
16 nasceu) que se tornou hino contra a ditadura e que marcou sua
17 juventude na década de 80, final do militarismo. A música “Pra não dizer
18 que não falei das flores” levou ao exílio, seu autor, Geraldo Vandré e o
19 trecho é: ‘Vem, vamos embora que esperar não é fazer. Quem sabe faz
20 a hora, não espera acontecer’.” Na sequência, se inscreve a
21 conselheira Ana Luisa, para expressar que, na sua opinião, os
22 professores e a reitoria não estão ouvindo os anseios dos alunos. Não
23 trazem dados para eles. Querem saber as informações. Não está
24 havendo democracia está se tornando uma chapa branca, estão sendo
25 liberais e falidos. Estamos em um momento de pandemia e o nome de
26 vocês vão ficar na história, vocês estão cassando o direito dos alunos
27 pobres e o nome da reitoria vai ficar marcada negativamente. Em
28 seguida a conselheira Luciana, diz que reitor informou que o
29 levantamento dos dados foi feito, mas, não eles não viram o resultado,
30 não vimos os números dos indígenas e não vimos a questão dos
31 apenados. Em seu curso, tem 4 indígenas e ainda não foram
32 contactados e a Profa. Marta disse que ainda estão sendo feitas
33 reuniões, ou seja, não há um direcionamento, questiona o que foi
34 deliberado a respeito disso. Não temos dados concretos e para
35 podermos suprir as necessidades dos estudantes que estão sendo
36 excluídos, o estudo da PROGRAD começou agora, sobre a
37 flexibilização a partir da abertura do calendário quem garante que os
38 alunos serão incluídos, quem garante que os indígenas e os apenados
39 serão incluídos. O reitor diz que nenhum estudante vai ficar para trás,
40 mas isso não pode ser feito de forma atropelada a partir da paridade
41 que não teve nessas proposições e nas câmaras, a fala do reitor é
42 falaciosa. No antigo estudo que a PROGRAD fez, não atingiu a

1 totalidade dos alunos, somente 30% diz que tem internet ótima e 60%
2 não tem espaço adequado. Não levaram as condições psicológicas
3 necessárias, nem financeiras. Os estudantes que estão ficando para
4 trás, os cotistas os negros, e agora estamos publicando sobre
5 antifascismo e antirracismo, e vocês estão sendo antirracistas agindo
6 dessa maneira? Precisamos fazer as reflexões aqui e não só nas redes
7 sociais. O calendário deve ser de atividades extracurriculares com
8 palestras, rodas de conversa, para que os estudantes comecem a se
9 habituar para que possibilite o levantamento detalhado dos colegiados.
10 A proposta de emenda é que o calendário se inicie dia 27 de julho.
11 Sobre a fala da Profa. Ines Cristina, nós representamos os estudantes
12 excluídos, indígenas, negros, cotistas, nenhum estudante fica para trás.
13 Bianca chama atenção para o que diz o art. 17 do regimento do CEPE,
14 que é possível pedir o adiamento da discussão. “O processo da
15 discussão se dará da seguinte forma: I. qualquer Conselheiro poderá
16 requerer ao plenário vista do processo e, conseqüentemente, o
17 adiamento da discussão; II. O Presidente do Conselho consultará o
18 plenário para identificar se algum outro conselheiro pretende ter vista
19 do respectivo processo; III. qualquer proposta ou emenda deverá ser
20 feita oralmente, salvo assentimento do Conselho no sentido de que se
21 faça por escrito; IV. encerrada a discussão, ninguém poderá fazer uso
22 da palavra, senão para encaminhar a votação.” Prof. Sérgio diz que
23 compreende que os estudantes têm um a proposta clara de colocar a
24 retomada do calendário dia 27 de julho, e a câmara tem uma proposta
25 de retomada dia 29 de junho. Prof. Miguel da PJU confirma que pelo o
26 regimento, estamos no momento adequado de propor emendas. Prof.
27 Miguel Arias, questão de ordem – parece que estamos falando de duas
28 coisas diferentes, primeiro se vamos votar em bloco o projeto de
29 resolução que envolve o calendário escolar ou se vamos votar primeiro
30 o calendário escolar e depois o texto dos balizadores. Porque se formos
31 votar em bloco este é o momento da discussão e se for votar o
32 calendário primeiro e depois o texto dos balizadores, nós podemos
33 fazer primeiro a votação do calendário e depois abre-se a discussão
34 das emendas dos balizadores. Bianca Coelho concorda com o Prof.
35 Miguel Arias. Profa. Marta Favaro esclarece que haviam pensado no
36 conjunto, porque a questão dos balizadores fez parte da discussão do
37 calendário, mas se o Conselho entender que é necessário fazer essa
38 discussão separadamente não há prejuízo da proposta. Noadia –
39 algumas falas que preocupam é que não temos as respostas, o relatório
40 e o questionário da PROGRAD ainda está em andamento, assim como
41 as reuniões com a PEL, a proposta de voltar agora no dia 29 não é
42 consistente, porque é a mesma coisa que um de vocês professores

1 falar tal dia quero que entregue esse trabalho, e nós falarmos tá bom,
2 me dá a sua nota antes da entrega do trabalho, e prometo que vou
3 entregar, ainda está em discussão com a SETI para ver se teremos
4 apoio financeiro, mas a proposta é que a gente volte no dia 27 de julho
5 para que durante esse período já tenhamos nesse mês a resposta para
6 essas perguntas e teremos condições melhor de retorno. Precisamos
7 abordar todos os estudantes. Se teremos computadores para todos, se
8 todos terão internet gratuita. Os indígenas e apenados. A questão da
9 biblioteca ainda está muito nebulosa. Comenta que é do curso de direito
10 e seus livros são caríssimos. Como ter acesso aos livros da biblioteca,
11 sendo que só poderemos ter 30% desse material. Profa. Marta – a
12 Noadia e a Luciana pediram esclarecimentos, temos as respostas das
13 pedagogas da PEL 1 E PEL 2 boa parte dos apenados já estão em casa
14 e a outra parte conseguem acompanhar as atividades com um
15 acompanhamento dos servidores da PEL. Amanhã a reunião com o
16 delegado é só para as tratativas finais para esse acesso. Sobre os
17 indígenas, a Profa. Monica já fez o seu relato, apenas 13 estudantes
18 estão nas aldeias e estamos em tratativas com o NRE para atender a
19 estes. Temos de respondente mais de 8mil estudantes, 96% desses
20 têm condições de voltar de forma remota. Já temos dados preliminares.
21 Os colegiados já receberam as listagens dos que não responderam e
22 os que não tiverem acesso, estamos ligando para esses estudantes.
23 Temos ações que já estão sendo feitas na medida das condições que
24 foram propostas pela câmara de graduação, sem deixar de lado
25 nenhuma necessidade apontada pelos estudantes. Bianca – se estão
26 discutindo desde março porque só agora essas informações estão
27 sendo apresentadas. A Marta fala que muitos estudantes apenados
28 estão em suas casas, mas quantos? Os dados não são claros. Não
29 adianta que estamos pensando nos fatores, e se aceito o ensino
30 remoto, são debates que precisam ser mais bem estruturados, não dá
31 para aprovar a proposta e depois pensar nos problemas. Há uma série
32 de outras problemáticas que os professores precisam se compadecer
33 nesse momento histórico que se vê nessa nova realidade o que é visto
34 como minoritário, precisa ser estruturado para não deixá-lo para trás.
35 Por que os diretores dos centros estão ligando para os conselheiros
36 para saber as suas posições? Acredita na qualidade do ensino que
37 estão nos dando cabe só aos discentes debater o posicionamento e o
38 pensamento crítico. Silvia Tacla – começo a minha fala resgatando o
39 que o professor Sérgio falou, não temos perdedores ou vencedores e
40 que estamos juntos e tudo o que estamos fazendo é no sentido de
41 agregar, 3 meses não é atropelar, estamos trabalhando infinitamente a
42 mais, equivale há quase um ano de trabalho. Nada tem sido feito no

1 atropelo. Não tem certo ou errado, o problema é o ponto de vista. As
2 perspectivas distintas existem e todos precisam ser consideradas. O
3 acolhimento está sendo feito. Todos têm um ponto em comum que é
4 fazer o melhor para a universidade e para a comunidade. Pensa que a
5 data do dia 29 de junho é um marco de início, não significa que temos
6 que iniciar as aulas nesse dia, mas precisamos ter um marco para que
7 os cursos possam começar a sua reestruturação, cada colegiado sabe
8 da sua realidade, temos uma sobra de dias do calendário para isso. O
9 novo sempre nos assusta, seja 29 de junho seja 27 de julho, estamos
10 fazendo em poucos meses o que faríamos em uma década, mas, o que
11 o reitor falou aqui não pode ser considerado como uma falácia,
12 podemos acreditar e cobrar depois. Bicicleta parada não para em pé,
13 esse movimento é necessário. Não precisa começar todas as matérias
14 há flexibilidade no calendário, precisamos nos mover. Levem isso em
15 consideração e levem também a fala do Sérgio e da Marta como um
16 compromisso e não como uma falácia. Uma conselheira estudante
17 falou que representa os excluídos, mas e os outros também não estão
18 sendo excluídos? E os formandos e os que passaram em concurso, os
19 que passaram na OAB. O dia 29 é um marco de início. O Slogan
20 Retorno seguro deve ser considerado. Prof. Sérgio – não é um simples
21 slogan, é um compromisso da reitoria e dos conselhos. A unidade
22 decisória é o colegiado e o centro. Se os estudantes acharem que a
23 decisão do conselho de centro não é razoável, podem recorrer nas
24 demais instâncias. Profa. Angela Palma – sobre os balizadores, no art.
25 5º tem vários incisos, gostaria de fazer uma pergunta se podemos
26 incluir um inciso a mais para esse momento de as disciplinas
27 semestrais virarem anuais. E no art. 8 do calendário, diz que o
28 calendário pode sofrer alterações no decorrer do ano, caso no
29 andamento das aulas, se todos os cursos integralizarem suas
30 atividades antes, podemos interromper o calendário 20 dias antes, 30
31 dias, esse texto abre essa possibilidade? E já defendo que comecemos
32 a retomada dia 29. Profa. Marta – temos restrições com relação aos
33 cursos de créditos semestrais porque há renovação de matrículas, mas
34 o registro da disciplina mesmo as semestrais, poderão seguir o plano
35 da excepcionalidade. É possível fazer outras flexibilizações, porque no
36 registro só terá início e fim, considerando um ano. Em relação ao art. 8,
37 foi motivado pelas condições sanitárias, se algumas atividades não
38 conseguimos desenvolver por causa da presencialidade, se não
39 conseguimos retomar laboratórios, estágios etc. para anteder as
40 condições necessárias de segurança para os estudantes. O conselho
41 tem autoridade para avaliar e fazer os ajustes necessários para atender
42 os princípios preconizados. Profa. Clísia – uma reflexão importante

1 sobre os alunos que poderão ser excluídos na fala dos excluídos,
2 estamos muito sensibilizados, temos acompanhado com bastante
3 cuidado, nas falas dos estudantes na câmara de graduação e grupo
4 que foi constituído, e há um esforço de toda a administração de inclusão
5 dos estudantes, no sentido de garantir a universidade pública e gratuita,
6 o nosso mote central enquanto universidade são os estudantes, fica
7 feliz com este debate, quando falamos de todos os estudantes, gostaria
8 de trazer o relato dos cursos novos, esses anos a UEL iniciou 2 cursos
9 novos, Nutrição e Biotecnologia, são 60 novos estudantes que
10 chegaram e que não têm seus companheiros, não têm C.A, não estão
11 à frente das comissões e estão ansiosos para ingressar na vida
12 universitária. Eles não têm veteranos ainda. Estão apreensivos e
13 acabaram de pisar em 2 cursos que o processo de construção
14 acadêmica começou agora. A eles também foi prometido aula
15 presencial, inclusive integral, com tecnologia ativas, com práticas, com
16 laboratórios, mas nós fomos atropelados por questões sanitárias e não
17 é algo nosso, não é uma escolha nossa, é mundial e determinante para
18 a manutenção da vida, quando a gente está em risco de vida temos que
19 entrar em situação excepcional. Consultou seus alunos, um por um,
20 através da internet, por telefone, e eles querem vínculo, querem
21 começar, querem se conhecer, querem se sentir parte dessa instituição
22 e vamos dizer NÃO a eles? É um pequeno grupo no universo de 13 mil,
23 eles também têm problemas de conexão, também têm, mas não
24 queremos mais ficar isolados, está fazendo mal para o seu psicológico.
25 Temos duas palavras acolhimento e flexibilização. Bianca – para uma
26 questão de esclarecimento, os estudantes estão em contato desde o
27 primeiro dia, inclusive estamos trabalhando na criação de um C.A. Taís
28 Rocha – fazendo a análise da ata da última reunião, do CEPE/CA,
29 resgata um trecho que acha fundamental: “O CEPE pode fazer uma
30 resolução (um marco regulatório) para esses ajustes emergenciais.
31 Mas isso só é possível após o retorno desses grupos de trabalho.
32 Nesse momento o Prof. Sérgio propõe a criação de 2 grupos de
33 trabalho. O primeiro envolvendo questões administrativas – não é um
34 grupo da reitoria da UEL, é da administração da Universidade, então,
35 será composto por Diretores de Centros, Pró-reitores (PROPLAN e
36 PROAF), Prefeito do Campus e alguns diretores da PCU, a PRORH
37 também deverá fazer parte, SEBEC e algum membro do Gabinete,
38 para discutir as questões administrativas. Esse grupo vai pensar o que
39 temos de material, o que temos de estrutura, o que podemos buscar de
40 parcerias com órgãos externos (Prefeitura, CMTU, 30 Grande Londrina,
41 Sanepar, Copel, Sercomtel). Deve-se buscar a participação dos
42 servidores técnicos e agregar membros dos órgãos suplementares e de

1 apoio. Precisamos estabelecer uma metodologia de trabalho
2 incorporando todos esses elementos. O segundo grupo, coordenado
3 pela PROGRAD, será composto pelos colegiados de cursos, PROPPG,
4 PROEX, conversando com os Centros de Estudos. Os diretores terão
5 transversalidade em ambos os grupos, conversando com os chefes de
6 departamentos, com os coordenadores de colegiados, munindo-os de
7 informações do grupo administrativo.” Profa. Tais ressalta que leu esse
8 trecho porquê da forma como o processo do C.A foi apresentado, não
9 temos condições de análise. Todas essas colocações do grupo de
10 trabalho administrativo. Parâmetros para a proposta “fica condicionado
11 aprovação dos Colegiados de Curso, Conselhos de centro que
12 analisará o planejamento e verificará se todos os estudantes foram
13 contemplados nas atividades propostas”. Onde está esse documento,
14 “os documentos devem demonstrar que todos os estudantes estarão
15 contemplados mesmo que por diferentes estratégias pedagógicas,
16 tecnológicas nas atividades remotas propostas” Tudo o que a gente viu
17 até o momento foi “será feito”, “está sendo contabilizado”, “está
18 programado”, então para que retomar as atividades, sem ter a certeza
19 que tudo foi feito para incluir todo aluno sem exceção. Cita também um
20 documento que recebeu hoje do MP do trabalho, que medidas que vão
21 garantir proteção à saúde e aos demais direitos fundamentais dos
22 professores e professoras quanto ao trabalho por meio de plataformas
23 virtuais, trabalho remoto ou em home office, durante o período de
24 pandemia. Pontua que precisamos fazer uma análise documental, para
25 que assim possamos prosseguir, pois não temos base para aprovar as
26 resoluções. Prof. Décio – com relação à fala da Profa Tais, quero fazer
27 um convite para fazer parte do grupo, para poder fazer análise de todos
28 os documentos que estão sendo construídos e tem certeza que ela tem
29 muito a contribuir. Prof. Sérgio – o grupo de trabalho que está discutindo
30 os aspectos epidemiológicos estão chegando à conclusão que não
31 haverá presencialidade nesse semestre, então, o grupo administrativo,
32 concentra esforços agora na remota. Miguel Arias – vê um problema no
33 discurso da representação estudantil, por um lado os estudantes não
34 querem o que eles chamam de EAD, por outro querem paridade no
35 conselho e querem discutir as emendas ao documento de balizadores.
36 Diz que essa postura é muito de cliente de uma universidade privada,
37 os estudantes foram chamados em todas as instâncias, foram
38 convocados, mas a fala de vocês apresenta uma exterioridade e nós
39 temos que atender todas as exigências, pergunta como fica a nossa
40 universidade pública? como fica nosso processo de parceria de
41 construção? Nós não teremos como voltar tão cedo à presencialidade.
42 Faz um apelo para que todos se insiram nesse processo de parceria e

1 de inclusão, porque ficar jogando pedra em nós e chamando de racista
2 e fascista não é algo construtivo, temos que retomar as nossas
3 atividades e claro, vai dar tudo errado, mas não é o fato de que muita
4 coisa vai dar errado, temos capacidade de resolver os problemas, se
5 não começarmos a fazer nem sabemos o que vai dar errado. Teremos
6 que ter capacidade de resolver em parceria. Estou pedindo para que a
7 gente vote o retorno a partir do dia 29 de junho e que construamos um
8 processo de parceria real. Noadia – participamos de todas as
9 instâncias, mas somos sempre silenciados, como o que está
10 acontecendo aqui hoje. Somos diversos, estamos aqui para defender
11 todos os estudantes, defender pessoas que tenham acesso, que como
12 ela tem de internet de plataformas, usa desse privilégio para defender
13 quem não tem as mesmas condições. Quem está acompanhando o
14 movimento estudantil sabe que estamos buscando os dados, falar que
15 só estamos contra, é uma falácia. Estamos sugerindo emendas, para
16 que isso aconteça da melhor maneira possível. Ignorar tudo o que
17 estamos falando, isso é ignorar todos os estudantes. Trabalhar junto
18 não é abaixar a cabeça para todas as propostas que estão sendo feitas.
19 Gostaria que os professores refletissem antes de criticar o DCE,
20 conhecer o trabalho que estamos fazendo. Natália – sou representante
21 de medicina veterinária. Sobre a fala do prof. Miguel, que nossa fala é
22 de estudante de universidade privada, estamos aqui muito bem
23 preparados, nos reunimos, discutimos artigo por artigo, e sabemos que
24 para o momento não há possibilidade de voltar presencialmente, mas,
25 queremos que esse processo se dê da melhor forma possível, sem
26 prejudicar a classe que representamos. Não havendo mais inscritos
27 para a discussão, o reitor colocou em votação a resolução do
28 calendário, com a data de retorno. Regime de votação - Favoráveis ao
29 retorno das aulas dia 29 junho: 30 favoráveis. Contrários: 12 contrários
30 – declaração de voto nominal Bianca Coelho; Natalia de Held; Ana
31 Luiza Pacheco; Nidia Aparecida Hernandez; Thiago do Amaral Moreira;
32 Maria Catarina Cavalcanti Fracazzo. Abstenção: 1 abstenção.
33 Aprovada a resolução que trata do calendário. A Profa. Marta agora faz
34 o relato acerca da minuta de resolução que trata dos balizadores. Art.
35 1º- A presente Resolução regulamenta retorno às atividades
36 acadêmicas de graduação, suspensas em decorrência da pandemia
37 COVID-19, na Universidade Estadual de Londrina. Art. 2º - São
38 princípios a serem observados no planejamento e no retomo às
39 atividades acadêmicas: I- qualidade do ensino; II- inclusão social; III-
40 segurança sanitária. Art. 3º- A organização e o acompanhamento da
41 flexibilização do currículo para integralização do ano letivo será de
42 responsabilidade do Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE),

1 junto aos Departamentos e Centros e comporá um Plano Especial de
2 Matriz Curricular, que deverá ser aprovado pelo Colegiado de Curso e
3 Conselho de Centro, e divulgado aos estudantes e docentes. Art. 3º Os
4 Centros de Estudos constituirão, de forma autônoma, uma comissão
5 para acompanhar, auxiliar e orientar a implementação do Plano
6 Especial de Matriz Curricular dos cursos, garantindo a presença de
7 representantes docentes, discentes e técnicos. Prof. Edmarlon – existe
8 no processo algumas indicações da PJU essas propostas serão
9 contempladas? Profa. Marta – os apontamentos são textuais, não
10 alteram o princípio, se os conselheiros entenderem que devemos
11 proceder as mudanças de termos, podemos alterar, por exemplo ao
12 invés de qualidade no ensino, eles estão colocando no inciso 1 garantia
13 de qualidade acadêmica. No inciso 2 colocamos diretrizes inclusão
14 social e a proposição da PJU é igualdade de condições para
15 permanência discente na instituição e a segurança sanitária e eles
16 fazem a sugestão da garantia da segurança sanitária. Natália –
17 proposta de inclusão “de modo paritário” depois da representação de
18 docentes e técnicos para que a discussão seja feita de modo paritário
19 entre estes membros. Proposta de redação, em regime de votação.
20 Favoráveis – 20. Contrários - 21. Abstenção – 1. Prof. Marta, agora o
21 art. 4. Que passa a ser o art. 5 – Fica autorizada a realização de
22 atividades acadêmicas não presenciais para ensino de graduação, em
23 decorrência da pandemia COVID-19, permanecendo enquanto
24 perdurarem os efeitos restritivos da pandemia e enquanto as
25 autoridades sanitárias, governamentais e da instituição não
26 autorizarem o retorno às atividades acadêmicas presenciais,
27 escalonadas ou totais, na Universidade. I – Por atividades acadêmicas
28 não presenciais síncronas ou assíncronas entende-se aquelas a serem
29 realizadas pela UEL, quando não for possível a presença física direta e
30 simultânea de professor de estudante ou de técnico, quando
31 necessário. II – Nas atividades acadêmicas não presenciais a mediação
32 didático-pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem, podem
33 ocorrer com a utilização ou não de meios e tecnologias digitais de
34 comunicação e informação. III – Entende-se por presença física direta
35 quando o professor, estudante e ou técnico compartilha o mesmo
36 espaço físico na Universidade. Natália – proposta de redação no art. 5
37 com objetivo de garantir que não haja equivoco sobre a presença física
38 nas dependências da Universidade, sendo assim no parágrafo 2. A
39 redação seria: as atividades acadêmicas não presenciais, a mediação
40 didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem podem
41 ocorrer com a utilização ou não de meios e tecnologias digitais e
42 comunicação e informação, desde que não envolvam a presença nas

1 dependências da Universidade. Profa. Marta diz, que não vê problema
2 nisso, porque já estamos falando das atividades não presenciais e no
3 parágrafo III já consta o que é a presença física. Profa. Clíssia pede
4 escurecimento da Natália para entender o que ela quer dizer com esta
5 não presença física do estudante na Universidade, se nós estamos
6 entendendo que não será permitido estudante nenhum no campus, no
7 restante deste ano. Natália esclarece que, poderá haver rumores em
8 relação a existir uma atividade não presencial “presencial”, com que os
9 dispositivos fossem disponibilizados dentro da Universidade e os
10 estudantes, tivessem que se deslocar para dentro da Universidade para
11 terem estas atividades teoricamente não presenciais, então é somente
12 para não haver esta confusão de que não é viável que os estudantes
13 estejam dentro das dependências da Universidade, seja por quaisquer
14 razões a não ser as essenciais. Profa. Tais – coloca que a Profa. Marta
15 falou que o III parágrafo completaria isso, e na verdade não. E faz
16 sentido a colocação da estudante. Diz que presença física direta
17 quando o professor, estudante e ou técnico. Isso pode implicar que se
18 não tiver todos ali, um poderia estar. Profa. Marta esclarece que quando
19 se fala em não presencial, já está indicando em contraposição o que
20 seria a presencialidade. Profa. Angela Palma – a forma como está
21 redigida já contempla o que a estudante está querendo dizer, por isso
22 ela é contrária a ementa proposta. Em regime de votação. Contrários à
23 alteração da estudante - 15. Favoráveis - 18. Abstenções – 2.
24 Continuando Profa. Marta – Plano Especial de Matriz Curricular da
25 oferta das disciplinas/módulos dos Cursos de Graduação do Sistema
26 Acadêmico Seriado Anual, Crédito Semestral e Anual poderão ser
27 flexibilizados, em caráter excepcional, conforme as seguintes diretrizes:
28 I- no Sistema Acadêmico de Crédito (matrícula por disciplina), poderá
29 ser ofertada disciplinas/ módulos de outro período ou semestres,
30 excetuando-se os estudantes do primeiro período ou semestre; II- no
31 Sistema Acadêmico Crédito Semestral e Anual deverão ser
32 considerados para a flexibilização as restrições oriundas dos pré-
33 requisitos; III- as Disciplinas/ Módulos, tanto semestrais como anuais,
34 poderão ser ofertadas de forma blocada, tanto para o sistema de crédito
35 (semestral/anual) quanto para o sistema seriado; IV- a última série/
36 semestre de cada curso terá preferência para retomada das atividades
37 acadêmicas não presenciais; V- o número de avaliações exigidas para
38 as disciplinas/módulos será de no mínimo 2 (duas); VI- deverá ser
39 considerada no processo de flexibilização a série/semestre de
40 matrícula do estudante; VII- nas últimas séries, os cursos que
41 finalizarem todos os componentes curriculares, inclusive o ENADE,
42 poderão colar grau. Prof. Nilson – com relação ao inciso 4º precisa

1 inserir as últimas séries e a pós-graduação. Prof. Sérgio – acha
2 pertinente a observação do Prof. Nilson pertinente esta observação,
3 mas acredita que a Câmara de Pós-Graduação tratará separadamente,
4 porque este calendário nós não temos controle sobre a Câmara de Pós-
5 Graduação. Natália – gostaria de fazer um destaque falácia perfumada.
6 Falam que estão pela gente mas na paridade votam contra! E solicita
7 alteração do art. 5º nos incisos II e III, porque trazem a flexibilização
8 dos estudantes nesse sentido das disciplinas que sejam de outros anos
9 ou semestres e entendemos que esta flexibilização seja extremamente
10 perigosa ao ensino e a aprendizagem do estudante, levando em
11 consideração que as disciplinas tem sim seu lugar específico na grade
12 curricular e que não é algo decidido por sorteio, ao acaso mas sim
13 porque os processos de determinados conteúdos, influenciam e muito
14 no entendimento de outros. De modo que seja necessário ter uma
15 sequência pensada e planejada para a oferta das disciplinas, do
16 contrário então não haveria necessidade em situações normais de que
17 os colegiados tivessem que se debruçar tanto para planejar uma grade
18 curricular que propõem aos estudantes o melhor entendimento e
19 absorção do conteúdo. Dessa maneira propomos, a alteração da
20 redação do inciso I, afirmando que não poderão ser ofertadas
21 disciplinas módulos de outros períodos e séries para estudantes
22 matriculados em séries, semestres diversos. Desta maneira o inciso II
23 e VI deveriam ser excluídos porque eles são contrários a esta
24 disposição. Já o inciso IV, propõe que seja alterada a redação que as
25 atividades sejam apenas focadas no último ano, mas sim que isto seja
26 dividido em todos, pois a Universidade não é uma máquina de formar
27 graduandos para que saiam cada vez mais rápidos e com seus
28 diplomas debaixo do braço para desbravar o mercado de trabalho,
29 muito pelo contrário o papel social da Universidade é o oposto, de
30 maneira que todos os anos precisam da devida atenção e importância,
31 por este motivo propõe também que seja regulamentado o limite de
32 40% da carga horária total do curso para que as atividades não
33 presenciais e que isso seja distribuído igualmente entre os anos e
34 cursos. E solicita que este, seja votado nesse Conselho, pois cabe a
35 este decidir, baseado no regimento interno do CEPE, onde o art. 3 deixa
36 explícito que o CEPE é a instância competente porque tem as
37 representações e estas decisões não podem ficar a cargo de cada um.
38 Propõe também que esta porcentagem seja computada apenas nas
39 disciplinas módulos exclusivamente previstas como teóricas a priori,
40 justamente por conta de toda problemática que gira em torno de como
41 as atividades práticas não são condizentes com o ensino a distância. E
42 por último no art. 5, para seguinte redação. As avaliações com no

1 mínimo duas disciplinas módulos, não poderão ser realizadas em
2 tempo real, garantindo período hábil para que o estudante a entregue.
3 Desta maneira, conseguimos garantir que o estudante não seja
4 prejudicado, tendo em mente as circunstâncias e situações não só
5 psicológicas, mas também socioeconômicas e todas outras
6 problemáticas que já foram pontuadas no início desta discussão. Profa.
7 Marta – todos os apontamentos que a Natália trouxe já foram discutidas
8 na câmara de graduação, e envolve o período de matrícula do
9 estudante, é dentro das séries que vamos fazer essa realocação, até
10 porque quem fará a recomposição são os colegiados, na atenção aos
11 pré-requisitos, sua preocupação é pertinente, mas, a responsabilidade
12 dessa composição é do colegiado e vai respeitar a matrícula do período
13 ou série. Quanto ao percentual, será objeto de uma resolução
14 específica que já está pronta, vai para a câmara de graduação e, em
15 seguida, ao CEPE. Quanto as regulações as avaliações e as minúcias
16 didáticas do ensino remoto também estão sendo feitas e será
17 submetida a este conselho. Em relação ao que a estudante cita da
18 última série, o inciso indica que a última série terá preferência, mas ela
19 não é exclusiva, então a entender da composição que o Colegiado vai
20 propor, ele pode priorizar a intensificação de umas séries, mas ele pode
21 também de forma igualitária toda organização da retomada do curso,
22 então é uma indicação apenas de que há possibilidade de priorização,
23 mas este item não é excludente. Prof. Paulo Rogério – ainda no inciso
24 5. Mínimo duas avaliações, quando se pensa em uma disciplina anual,
25 apenas duas avaliações é pouco, deveria se colocar uma relação de
26 carga horária. Profa. Marta – estamos acompanhando o que diz o
27 regimento e o entendimento da Câmara de Graduação na hipótese que
28 tenhamos uma disciplina anual que tem uma carga horária teórica
29 predominante, essa disciplina seria uma disciplina com características
30 a ser a primeira a ser ofertada e digamos que ela ao invés de acontecer
31 durante o ano todo, ela vai acontecer em dois ou três meses, então se
32 fizer uma sobrecarga de avaliação a relação com os estudante é
33 prejudicada, então o mínimo está estabelecido mas vai depender da
34 composição didática que o professor for fazer com a orientação do
35 Colegiado, é possível fazer três, quatro ou mais avaliações porque isto
36 vai ser um acordo de trabalho também com os estudantes. Em regime
37 de votação. Favoráveis à integralidade do texto conforme consta do
38 Processo – 26 favoráveis. Contrários – 13. Abstenções – 3. Profa. Marta
39 segue com o relato do art. 7º “O Estágio Curricular Obrigatório será
40 regulado conforme as normativas do CNE e do CEE, propostas para o
41 período de pandemia.” Bianca – acrescentemos a garantia de
42 realização do estágio obrigatório, por quem não conseguir fazer no

1 tempo estipulado pelo curso, quando não presencial, desta forma
2 mantemos o inciso I e no II sugere alterações – deverá ser assegurado
3 a realização de estágio curricular obrigatório em temporalidade
4 diferenciada aos seguintes estudantes: Pertencentes ao grupo de risco
5 ou amparados conforme o art. 8 – II, os que por quaisquer razões não
6 tiverem condições de realizar as atividades do estágio curricular
7 obrigatório quando este for por modalidade não presencial. Profa. Marta
8 – quando a discussão foi feita na Câmara de Graduação entendemos
9 que considerando o princípio que deverá haver integralidade da oferta
10 dos componentes curriculares naquele período estabelecido, ficaria
11 pouco preciso quaisquer motivos, então precisaríamos de uma
12 referência de amparo, por isto foi indicado no art. 8 todas as
13 possibilidades de ampararmos os estudantes e nestes casos
14 específicos, eles poderiam realizar as atividades em outra
15 temporalidade, diferente daquela prevista. Então há necessidade de ter
16 uma justificativa para não possibilidade de realização, para que
17 possamos amparar a realização em outra temporalidade dentro do ano
18 letivo. Em regime de votação. Favoráveis a manter a integralidade do
19 texto: Favoráveis – 27. Contrários - 14. Abstenções - 1 Profa. Marta –
20 art. 8, as atividades práticas de laboratório serão reguladas conforme a
21 normativa do Conselho Nacional de educação e do Conselho Estadual
22 de Educação, propostas para o período de pandemia. Art. 9 - Os
23 programas de atividades acadêmicas deverão ser reformulados para
24 constar a descrição das atividades não presenciais e presenciais que
25 será proposta pelo plano especial de Matriz Curricular para o período
26 da pandemia. Art. 10 – Estudantes com mais de 60 anos com
27 deficiência com morbididades, gestantes ou outros grupos pertencentes
28 aos de maior vulnerabilidade a COVID-19, estão dispensados das
29 atividades acadêmicas presenciais até segunda ordem e devem
30 solicitar amparo diretamente no portal do estudante. I – No caso de
31 sintoma de gripe, resfriado, sintoma de infecção como febre, tosse,
32 espirros, entre outros. Mesmo que somente suspeitem ou confirmação
33 de doença infectocontagiosas, o estudante não deve comparecer as
34 atividades acadêmicas presenciais e deve solicitar amparo disponível
35 no portal do estudante. II – Caso tenha tido contato com pessoas
36 infectadas ou tenha chegado de viagem de lugar com alta incidência da
37 COVID-19, o estudante deverá solicitar amparo pelo portal do
38 estudante e manter quarentena em domicílio por no mínimo 7 dias, se
39 não apresentar sintomas, 15 dias se apresentar sintomas. Natália –
40 cita, o art. 12 que agora é o 13, no primeiro parágrafo fala das atividades
41 essenciais e acredita que deveria constar no art. 9 que estes estudantes
42 de maior vulnerabilidade estão dispensados também dessas atividades

1 essenciais. Profa. Marta – se considerarmos que as atividades
2 essenciais se forem autorizadas, serão presenciais, elas estão
3 contempladas porque estamos indicando que eles estão dispensados
4 das atividades acadêmicas presenciais, sejam elas desenvolvidas na
5 primeira, segunda ou terceira fase. Profa. Gilselena – as questões de
6 afastamento pelos sintomas, isso é mediante atestado médico? Profa.
7 Marta – na regulamentação que já existe tem a exigência para atestado
8 médico, mas, estamos mudando para a “auto declaração”. Profa.
9 Gilselena – lembrando que temos uma plataforma de telemedicina que
10 há consultas e possibilidade de emissão de atestados. Profa. Mari
11 Catarina – pergunta sobre os estudantes que moram com familiares
12 com pessoas do grupo de risco, se esses podem pedir algum tipo de
13 amparo. Profa. Marta – na segunda fase, se o estudante precisar desse
14 amparo, ele pode solicitar. Em regime de votação. Favoráveis à
15 manutenção do texto na integralidade: 26 favoráveis. Contrários – 15.
16 Abstenções – 0. Profa. Marta. O art. 11 “Todo estudante regularmente
17 matriculado poderá trancar matrícula durante o período de pandemia
18 COVID-19, 1 (um) trancamento por período letivo, independentemente
19 dos trancamentos que já foram realizados na sua vida acadêmica.”.
20 Bianca – pede esclarecimento sobre a expressão período letivo neste
21 contexto e as implicações deste trancamento pois a dúvida se instala
22 nessas possíveis consequências aos estudantes bolsistas, aos
23 estrangeiros, aos apenados, aos indígenas e a outros estudantes com
24 suas particularidades. Eles têm o direito de trancar o curso sem ser
25 prejudicados e como funcionaria isso. Profa. Marta – quando falamos
26 em período está se permitindo que o estudante desde o primeiro ano,
27 possa trancar a matrícula. O trancamento funciona dentro do período
28 de matrícula, então se é um curso seriado e solicita trancamento, estará
29 trancando o ano todo. Se o curso é semestral o trancamento é referente
30 ao semestre e no outro período se for o caso é possível trancar
31 novamente. Ao fazer o trancamento o estudante está desvinculado para
32 todas as atividades, esta é a regra para o trancamento. Em regime de
33 votação. Favoráveis à manutenção da integralidade do texto.
34 Favoráveis - 27. Contrários – 0. Abstenções – 14. Profa. Marta - Art. 12
35 (que no processo está como 11. Fica autorizada, automaticamente, a
36 concessão de mais um 1(um) ano letivo aos estudantes que teriam o
37 prazo de integralização de curso encerrado no corrente ano,
38 contemplando os estudantes que já tiveram 1(um) ano de prorrogação
39 e os que ainda não tiveram. Sem destaques. Profa. Marta Art. 13 – São
40 fases de retorno às atividades acadêmicas: I- Fase 1: atividades
41 predominantemente não presenciais para todos os cursos e séries que
42 tiverem condições de já iniciarem as atividades; II- Fase 2: retomada

1 gradual e escalonada das atividades presenciais, associadas às não
2 presenciais; III- Fase 3: retorno ampliado das atividades presenciais. §
3 1º Na fase 1, considera-se a possibilidade de realização das atividades
4 presenciais, só as essenciais, as que estão normatizadas,
5 preferencialmente as das últimas séries dos cursos, desde que
6 garantida a segurança sanitária. § 2º As fases previstas deverão
7 considerar a determinação das autoridades sanitárias, governamentais
8 e da Comissão de Contingenciamento da Pandemia da UEL. Natália –
9 não se é conhecido quais atividades são consideradas essenciais,
10 deveria figurar em resolução deste Conselho. Não deve contemplar só
11 os últimos anos. Todos os cursos tem diferentes atividades essenciais.
12 Gostaria de acrescentar um terceiro parágrafo – As alterações das
13 fases devem ser previstas por resolução neste Conselho. Profa. Marta
14 – em relação as fases, algumas já estão regulamentadas pelo Conselho
15 Nacional de Educação e também pelo Conselho Estadual então nós
16 seguiríamos estas regulamentações destes Conselhos. Prof. Nilson –
17 mais uma vez chama a atenção para os milhares dos estudantes de
18 pós-graduação, não podemos nos furtar a estes estudantes. Prof.
19 Sérgio – deixa o apontamento para a câmara de pós-graduação fazer
20 a regulamentação necessária no que tange aos pontos específicos da
21 pós-graduação. Em regime de votação. Favoráveis à manutenção da
22 integralidade do texto – 25. Contrários - 13. Abstenções – 1. Profa.
23 Marta Art. 13 que com a correção será o art. 14 – Enquanto perdurar
24 os efeitos da pandemia COVID-19, na pauta eletrônica constará o início
25 e término do ano letivo, conforme Calendário das Atividades de Ensino
26 dos Cursos de Graduação. Sem destaques. Marta Art. 14 (15) – O
27 Curso de Graduação que optar por atividades não presenciais,
28 enquanto perdurarem as excepcionalidades decorrentes da pandemia
29 COVID-19, fica dispensado de realizar adequação ou reformulação
30 curricular para esse fim. Sem destaques. Profa. Marta - art. 15 (16) – O
31 detalhamento sobre a organização, o registro e o acompanhamento das
32 atividades não presenciais, enquanto perdurarem as excepcionalidades
33 decorrentes da pandemia COVID-19, será objeto de instrução de
34 serviço específica da PROGRAD. Sem destaques. Profa. Marta – art.
35 16 (17) - Os casos omissos serão analisados pela PROGRAD e
36 Colegiados de Cursos e, quando necessário, pelas demais instâncias
37 competentes. Bianca – proposta de redação, os casos omissões
38 deverão ser analisados pela Câmara de Graduação através de
39 consultas aprovadas pela PROGRAD e Colegiados de Cursos e,
40 quando necessário, pelas demais instâncias competentes. E pela
41 Câmara de Graduação que eles têm os mapeamentos e demais
42 acessos, então o que propõem é a não exclusão nestes processos de

1 decisório geral, e como não sabem as condições dos Colegiados, por
2 isso adicionam a Câmara de Graduação. Profa. Marta – a Câmara de
3 Graduação faz parte destas instâncias competentes, o fato de terem
4 indicado que estes casos omissos sejam analisados pela PROGRAD e
5 Colegiados de Cursos é para garantir a seriedade no atendimento aos
6 estudantes e a depender da situação do caso omissos ele precisa ser
7 levado a outra instância, que a seguir é a Câmara de Graduação após
8 CEPE e por fim o CU. Prof. Sérgio - para agilizar processos, os
9 Colegiados têm autonomia para resolver casos omissos, caso o
10 estudante não seja atendido poderá solicitar recursos a outras
11 instâncias. Em regime de votação. Favoráveis à manutenção do texto
12 como está: Favoráveis – 26. Contrários – 13. Abstenções – 0. Após o
13 término dos artigos da resolução apresentada no processo relatado
14 pela Profa. Marta Favaro, os estudantes conselheiros pediram a fala
15 para apresentarem propostas de inclusão de artigos. Estudante Thais -
16 Art xx. Os alunos que, por quaisquer razões, não conseguirem
17 acompanhar as atividades não presenciais, deverão ser amparados por
18 seus Colegiados/Departamentos e pelos órgãos de apoio da
19 Universidade para que o façam. §1º. Persistindo a condição do
20 estudante, a este não poderá ser computada falta até que seja
21 garantida a reposição dos conteúdos lecionados por atividades não
22 presenciais. Profa. Marta esclarece que este item específico estará em
23 regulamentação específica que passará na câmara de graduação. Em
24 regime de votação. Contrários a inclusão do artigo – 25. Favoráveis –
25 12. Abstenções – 0. Declaração de voto – Prof. Mauro, votou contrário,
26 mas considera uma grande contribuição para ser levada para as
27 próximas instâncias, inclusive pela representação estudantil, para
28 assim podermos analisarmos. Outra proposta de adição: Art xx. As
29 atividades acadêmicas não presenciais deverão ser oferecidas em um
30 único turno diário, com máximo de 4 (quatro) horas, distribuídas
31 igualmente em, no mínimo, duas disciplinas/módulos, com intervalo
32 entre elas. Parágrafo único: As aulas deverão ser gravadas para
33 posterior consulta para alunos que não conseguiram fazê-lo
34 simultaneamente. Profa. Marta – nesta resolução a proposta foi
35 apresentar os princípios gerais, os pontos que a Thais apresentou está
36 no texto que será debatido pela Câmara de Graduação, que apresenta
37 a ordenação das atividades não presenciais e no texto contempla a
38 composição didática e respeitando o turno de matrícula do estudante
39 mas com composição diferenciada de oferta de atividade, em que a
40 unidade de conteúdo seja acrescida da carga horária necessária para
41 revisão do vídeo, se for o caso, carga horária de leitura e de atividades
42 orientadas, vinculadas a esta unidade temática. Em regime de votação.

1 Contrários – 27. Declaração de voto Prof. Mauro – Além desses fatores
2 que a Profa. Marta anunciou, há um estudo para rever a carga horária,
3 inclusive a dos temporários. Favoráveis – 10. Catarina – muitos de nós
4 estão em projetos de combate à pandemia, outros estão trabalhando
5 para ajudar dentro de casa, cursos integrais, não é saudável pegar o
6 dia todo para ter aula remota. É importante regar esse tempo.
7 Abstenções -1. Conselheira Bianca apresenta mais uma sugestão de
8 inclusão. Art xx. Os colegiados deverão coletar e sistematizar dados
9 sobre as atividades não presenciais que deverão ser consolidados e
10 apresentados pela PROGRAD, os quais deverão trazer as seguintes
11 indicações: I - Quantidade de disciplinas/módulos e carga horária
12 disponibilizada como atividade não presencial; II - Quantidade de
13 discentes matriculados nas disciplinas/módulos do inciso I do presente
14 artigo; III - Quantidade de discentes que não estão acompanhando as
15 atividades não presenciais; IV - IV - Medidas adotadas pelos
16 Colegiados e Departamentos, junto aos órgãos de apoio da
17 Universidade, para garantir que os discentes acompanhem as
18 atividades não presenciais. Profa. Marta – essa estruturação da carga
19 horária, do que deve ser desenvolvido não presencialmente, o que vai
20 ser reservado a atividade presencial, deve contar por orientação na
21 construção da matriz, do plano especial de Matriz Curricular e também
22 nos Programas das Disciplinas que será disponibilizado no portal do
23 estudante. E uma indicação que foi o art.2 dessa resolução, a indicação
24 da inclusão, então quando o Colegiado faz a proposta na Matriz
25 Curricular e já a indicação do programa que o professor vai estruturar,
26 a carga horária do que será presencial e o não presencial e como será
27 a organização. O estudante tem acesso a Matriz pelo portal da
28 PROGRAD e ao Programa de atividades pelo portal do estudante. E o
29 acompanhamento da não possibilidade de realização já é feita na
30 previsão da atividade, o professor responsável terá acesso a esta
31 condição. É uma preocupação importante, mas que já está
32 contemplada na própria construção que terá que ser feita pelo
33 Colegiado tanto no plano de matriz curricular, quanto dos programas
34 que terão que ser reformulados pelos professores com indicação de
35 carga horária e de como será feito o trabalho. Natália, dúvida - em
36 relação as medidas adotadas pelo Colegiado e departamentos junto
37 aos órgãos de apoio da Universidade para garantir que os discentes
38 acompanhem as atividades não presenciais que seria inciso V, também
39 se enquadra. Profa. Marta - faz parte da avaliação. É uma relação direta
40 com o professor e o Colegiado de Curso. Em regime de votação.
41 Contrários à inclusão do artigo – 26. Favoráveis – 11. Abstenções – 2.
42 Estudante Tais - Art. xx. A PROGRAD deverá aplicar, 20 (vinte) dias

1 após o retorno das atividades acadêmicas, aos docentes e discentes
2 que estão acompanhando as atividades não presenciais, um
3 questionário sobre a qualidade do ensino, a ser elaborado pela
4 Comissão de Retorno da Câmara de Graduação, contendo, entre
5 outros, os seguintes elementos: I - Qualidade da plataforma; II -
6 Qualidade da aula lecionada; III - Adaptação do docente e discente à
7 plataforma; IV - Viabilidade da manutenção do ensino remoto. Profa.
8 Marta – temos a indicação que os Colegiados precisam fazer uma
9 avaliação permanente, a ideia de uma avaliação é fundamental porque
10 precisamos fazer o acompanhamento, mas nesta resolução não
11 conseguimos estabelecer uma avaliação tão geral e sobre a
12 responsabilidade da PROGRAD, porque teremos início de atividades
13 em diferentes momentos e cursos então não teremos uma uniformidade
14 na organização do trabalho, nem no início do trabalho e no percentual
15 de atividades que serão retomas, por isto inviabiliza a avaliação geral
16 para todos os cursos em virtude da flexibilização do calendário. Em
17 regime de votação. Contrários a inclusão do artigo – 26. Favoráveis –
18 11. Abstenções – 1. Bianca – Art. xx. O CEPE deverá se reunir,
19 extraordinariamente, 30 (trinta) dias após o retorno das atividades
20 acadêmicas, com o intuito de apreciar os dados compilados pela
21 PROGRAD, conforme os arts. xx e xx, e reavaliar o prosseguimento do
22 calendário acadêmico com as atividades não presenciais. Em regime
23 de votação. Contrários a inclusão do artigo – 24. Favoráveis – 11.
24 Abstenções – 2. Prof. Sérgio – aprovamos a retomada do calendário
25 para o ano letivo de 2020 com os balizadores e as emendas aprovadas.
26 Faria um grande discurso hoje, mas, não há discurso melhor do que
27 todos nós ficarmos aqui durante 6 horas, é o compromisso que nós
28 estamos assumindo de continuar com a nossa universidade pública,
29 gratuita e de qualidade, porque existe um movimento para que as
30 nossas universidades deixem de existir. Cada um de nós vai ter que
31 fazer a diferença. Cada um de nós assume hoje um compromisso na
32 história da universidade. Questão de esclarecimento – Profa. Thais
33 Souza – fizemos a votação do calendário, sem discutirmos os pontos
34 do calendário, assim aponta dúvida em relação ao vestibular, haja vista,
35 que no calendário esta proposta uma data para o vestibular, como será
36 feito isso? Profa. Marta – o calendário do vestibular terá uma discussão
37 específica com resolução específica Prof. Sérgio – motivou a COPS e
38 a COPESI, a repensar a data do vestibular, pela absoluta
39 impossibilidade de realiza-lo este ano, e eles estão encaminhando uma
40 nova data e uma nova discussão de formato de vestibular para garantir
41 as condições sanitárias de saúde, mas isto é apenas para o ano que
42 vem. Nada mais havendo para tratar, o Prof. Sérgio Carvalho encerrou

Livro nº 19 - CEPE

- 1 a reunião e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos
2 Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida e
3 aprovada será assinada por mim e pelos membros do Conselho
4 presentes na reunião.
- 5
- 6 Sérgio Carlos de Carvalho _____
7 Reitor
- 8
- 9 Décio Sabbatini Barbosa _____
10 Vice-Reitor
- 11 José Miguel Arias Neto _____
12 Representante da Câmara de Graduação
- 13 Marcelo Alves de Carvalho _____
14 Representante da Câmara de Graduação
- 15 Silvia Regina Tacla _____
16 Representante da Câmara de Graduação
- 17 Clísia Mara Carreira _____
18 Representante da Câmara de Graduação
- 19 Mauro Roberto Rodrigues _____
20 Representante da Câmara de Graduação
- 21 Inês Cristina de Batista Fonseca _____
22 Representante da Câmara de Graduação
- 23 Jurandir Guatassala Boeira _____
24 Representante da Câmara de Graduação
- 25
- 26 Lucia Giuliano Caetano _____
27 Representante da Câmara de Graduação
- 28 Orlando Mendes Fogaça Junior _____
29 Representante da Câmara de Graduação
- 30 Márcia Regina Eches Perugini _____
31 Representante da Câmara de Pós-Graduação
- 32 Claudemir Zucarelli _____
33 Representante da Câmara de Pós-Graduação
- 34 Patrícia Ayub da Costa _____
35 Representante da Câmara de Pós-Graduação
- 36 Ângela Pereira Teixeira Victória Palma _____
37 Representante da Câmara de Pós-Graduação

Livro nº 19 - CEPE

- 1 Thais de Souza Rocha _____
- 2 Representante da Câmara de Pós-Graduação
- 3 Nídia Aparecida Hernandez _____
- 4 Representante da Câmara de Pesquisa
- 5 Alexandre Orsato _____
- 6 Representante da Câmara de Pesquisa
- 7 Silvia Ponzoni _____
- 8 Representante da Câmara de Pesquisa
- 9 Maria Fernanda Rodrigues Graciano _____
- 10 Representante da Câmara de Pesquisa
- 11 Deise Maia _____
- 12 Representante da Câmara de Extensão
- 13 Gilselena Kerbauy Lopes _____
- 14 Representante da Câmara de Extensão
- 15 Nilson Cesar Fraga _____
- 16 Representante da Câmara de Extensão
- 17 Ana Claudia Saladini _____
- 18 _____
- 19 Representante da Câmara de Extensão
- 20 Keli Regiane Tomeleri da Fonseca Pinto _____
- 21 Representante da Câmara de Extensão
- 22 Tânia da Costa Fernandes _____
- 23 Representante do Órgão Suplementar (Colégio de Aplicação)
- 24 Edmarlon Giroto _____
- 25 Representante do Órgão Suplementar (Farmácia Escola)
- 26 Edméia Aparecida Ribeiro _____
- 27 Representante do Órgão Suplementar (Museu)
- 28 Marcia Teshima _____
- 29 Representante do Órgão Suplementar (EAAJ)
- 30 Paulo Rogério Catarini da Silva _____
- 31 Representante dos Servidores Técnicos Administrativos
- 32 Bianca de Barros Barban _____

Livro nº 19 - CEPE

1	Representante Discente	
2	Natália Rodrigues de Held	_____
3	Representante Discente	
4	Luciana de Mello Battini	_____
5	Representante Discente	
6	Noadia da Silva Tenório	_____
7	Representante Discente	
8	Natália Siqueira Pires	_____
9	Representante Discente	
10	Clara Favaretto Montenegro	_____
11	Representante Discente	
12	Thiago do Amaral Moreira	_____
13	Representante Discente	
14	Ana Luiza Pacheco	_____
15	Representante Discente	
16	Bianca Coelho	_____
17	Representante Discente	
18	Thaís dos Santos Moraes	_____
19	Representante Discente	
20	Cássia Vanessa Olak Alves.	_____
21	Representante Discente	
22		
23	Maria Catarina Cavalcanti Fracazzo	_____
24	Representante Discente	
25		
26	Amauri Alcindo Alfieri	_____
27		
28	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	
29		
30	Marta Regina Gimenez Favaro	_____
31		

Livro nº 19 - CEPE

1 Pró-Reitora de Graduação

2

3 Mara Solange Gomes Dellarozza

4

5 Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

6

7

8